# CINESYSTEM S.A.

CNPJ nº 07.437.016/0001-05

## Relatório da Administração 2022

Senhores Acionistas, Após mais de dois anos de pandemia, começamos a ver uma real recuperação das bilheterias dos cinemas do Brasil e do mundo.

A retomada das atividades dos cinemas, após longos seis meses de fechamento, iniciou-se em setembro de 2020, tendo uma nova interrupção em março de 2021, onde, com o agravamento da doença, houve a necessidade de fechamento de todas as operações. A partir do mês de abril de 2021, com a melhoria dos indicadores da doença e avanço vacinal da população, iniciou-se nova reabertura das operações. Atualmente, todas as 26 (vinte e seis) encontram-se em funcionamento e sem restrições ou limitações de capacidade.

Com a melhoria da pandemia, tanto no Brasil, quanto em outros importantes mercados mundiais, os meses de junho a dezembro de 2021 foram um marco importante para o setor. A principal mudança ocorrida foi a volta de lançamento de grandes filmes, o que aumentou a atratividade no período, consequentemente, a melhoria do público.

Destaque para o mês de dezembro de 2021, com o filme do Homem Aranha – Sem Volta para Casa, que apresentou resultados impressionantes nas bilheterias do Brasil e do mundo.

Nos dois anos mais críticos da pandemia, 2020 e 2021, os desafios foram significativos para nosso setor, porém a Administração sempre acreditou na premissa de que a contenção da doença era fundamental para um ambiente positivo de negócios, não só para os cinemas, mas para todo o setor produtivo do país.

Durante tais anos, bem como durante todo o exercício de 2022, a Administração tomou inúmeras medidas, sempre com o objetivo de equilibrar e reforçar o caixa da Companhia nesse momento delicado. Tais ações incluem: renegociação de pagamentos de fornecedore e shoppings, renegociações de empréstimos e financiamentos bancários, além de ações de contenção de custos e despesas operacionais.

A Companhia manteve, nesse período crítico, sempre a preocupação em prover amparo aos seus colaboradores, e medidas possíveis foram adotadas visando minimizar os impactos dos custos com folha de pagamento durante o período de fechamento dos cinemas, porém sempre prevalecendo à diretriz de evitar demissões de seu quadro.

Em janeiro de 2022, com a chegada da variante Ômicron, novamente os casos de COVID 19 apresentaram patamares elevados. Alguns municípios passaram novamente a restringir a capacidade de ocupação de complexos, além de o desempenho de alguns títulos ficarem abaixo das expectativas.

Passado o período mais crítico da variante, a partir de março de 2022 o mercado voltou ao um nível razoável de normalidade, com bom desempenho de vários filmes no período.

Atualmente os estados que operamos retiraram todas as restrições, uma vez que o cenário pandêmico se mostra em patamares controlados.

Em 18 de março de 2022, obtivemos, através do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), o benefício de isenção do IRPJ, PIS, COFINS e CSLL, pelo prazo de 5 (cinco) anos. Tal benefício está diretamente relacionado ao fato de que o seguimento de exibição foi fortemente afetado pela pandemia da COVID 19.

No mês de setembro de 2022, o setor se mobilizou, com o propósito de lançar a promoção denominada " Semana do Cinema", realizada em conjunto com os exibidores e com engajamento de 90% dos cinemas do Brasil. A promoção ofereceu ingressos a preço único e trouxe excelentes resultados ao mercado, apresentando um crescimento de 300% em público, em comparação com a semana anterior ao evento.

A intenção é que essa promoção se torne uma ação recorrente, ocorrendo pelo menos duas vezes ao ano. A próxima está programada para o mês de fevereiro de 2023.

O ano de 2022, mesmo com o mês de janeiro e fevereiro muito prejudicado pela variante Ômicron, e ainda com várias mudanças de datas de lançamentos de filmes, consideramos que o ano apresentou um bom desempenho do comparado ao dois anos anteriores, no caso, 2020 e 2021, porém ainda em patamares longes da normalidade, algo em torno de 50% de redução de público, se comparado com o ano de 2019, ano que antecedeu a pandemia.

O cenário para o ano de 2023 traz uma melhora de público na ordem de aproximadamente 15% versus o ano de 2022, com uma marcação de filmes mais estável, e com perspectivas de grandes lançamentos.

Estamos otimistas com as perspectivas do setor de exibição, tanto pelos números realizados em 2022, quanto pelas perspetivas do mercado para os próximos anos. Tal fato, adicionado às ações em curso, e outras em estudo, permitirão à Cinesystem continuar rumo ao processo gradual de recuperação do setor.

**Diretoria**

**A CINESYSTEM S.A. ("CINESYSTEM" OU "COMPANHIA") (B3: CNSY3), A QUINTA MAIOR DO BRASIL EM NÚMERO DE SALAS, ANUNCIA OS RESULTADOS AUDITADOS DE 2022. AS DEMONSTRAÇÕES ANUAIS SÃO APRESENTADAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL.**

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO INDICADORES OPERACIONAIS

| | 31.12.2021 | 31.12.2022 | Var % |
|---|---|---|---|
| Salas de cinemas | 160 | 160 | 0,00% |
| Salas de Jogos de Escape Route | 5 | 5 | 0,00% |
| Participação Outras Receitas | 6,6% | 8,4% | 27,08% |
| Índice de ocupação de sala | 5,5% | 10,30% | 87,27% |
| Ticket médio bilheteria (R$) | 17,99 | 17,12 | -4,85% |
| Ticket médio bomboniere (R$) | 8,20 | 8,82 | 7,60% |
| Ticket médio Total (R$) | 26,18 | 25,93 | -0,95% |
| Público | 2.464 | 4.668 | 89,45% |

O público nos cinemas com a bandeira Cinesystem atingiu 4.668 mil pessoas no ano 2022, 89,5% acima do realizado no exercício de 2021. O crescimento do mercado ano de 2022 foi de 84,5%, quando comparado ao ano de 2021. O crescimento apresentado, face ao realizado no mesmo período do ano anterior, demonstra que o setor está dando indícios claros de reabilitação, cabe destacar que mesmo com a melhor performance, ainda estamos em níveis abaixo da normalidade. O Grupo fechou o ano como o 5º maior exibidor do país em número de salas, presente em 19 cidades, com 160 salas localizadas no Pará, Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Além disso, temos 5 salas de jogos de fuga em operação no Rio de Janeiro. O Ticket médio do ano, em bilheteria, ficou levemente abaixo ao ano anterior, fato relacionado a política de preço praticada, onde no terceiro trimestre do ano foi fortemente promocionado, iniciando em setembro/22, com a promoção denominada "Semana do Cinema". Se por um lado o Ticket Médio de Bilheteria ficou ligeiramente abaixo, no caso da bomboniere ocorreu um crescimento frente ao ano anterior, o que faz que no geral, somando ambos, tenhamos ficado apenas 1% abaixo do ano de 2021.

### INDICADORES FINANCEIROS

| R$ mil | 31.12.2021 | 31.12.2022 | VAR % |
|---|---|---|---|
| **Receita líquida** | **60.063** | **122.408** | **103,8%** |
| Ingresso | 37.452 | 72.600 | 93,8% |
| Bomboniere | 18.619 | 39.469 | 112,0% |
| Receitas comerciais | 3.992 | 10.339 | 159,0% |
| **Custos** | **-77.560** | **-106.086** | **36,8%** |
| **Lucro Bruto** | **-17.497** | **16.322** | **-193,3%** |
| Margem % | -29,1% | 13,3% | -145,8% |
| **Despesas operacionais** | **-20.250** | **-27.790** | **37,2%** |
| **Outros resultados operacionais** | **20.196** | **21.041** | **4,2%** |
| **EBITDA sem reflexos do CPC 06/IFRS16** | **-13.639** | **13.399** | **-198,2%** |
| Margem EBITDA % | -22,7% | 10,9% | -148,2% |
| **EBITDA (i)** | **-8.954** | **19.750** | **-320,6%** |
| Margem EBITDA % | -14,9% | 16,1% | -208,2% |
| **Resultado Financeiro** | **-16.391** | **-14.417** | **-12,0%** |
| **Lucro (Prejuízo) Líquido** | **-27.950** | **-6.966** | **-75,1%** |
| **Caixas** | **24.838** | **11.018** | **-55,6%** |
| **Endividamento bancário** | **84.897** | **91.395** | **7,7%** |
| Curto Prazo | 13.255 | 16.582 | 25,1% |
| Longo Prazo | 71.642 | 74.813 | 4,4% |
| **Investimentos imobilizado e intangíveis** | **-1.068** | **-3.502** | **227,9%** |

**(i) Com adequações necessárias ao CPC 06/IFRS16**

### RECEITAS

O mercado brasileiro de exibição vem sofrendo desde o início de 2020 com os impactos da pandemia da COVID-19, incluindo quedas expressivas no público e na renda. Apesar dos impactos trazidos pela variante Ômicron, especialmente em janeiro, o ano de 2022 apresentou um bom desempenho em comparação com o ano de 2021, embora ainda não tenha atingido os patamares do período pré- pandêmico. A receita líquida total da Companhia no ano somou R$ 122,4 milhões, apresentando crescimento de 103,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. A receita líquida exclusiva de bilheteria apresentou crescimento de 93,8% na Companhia, o mercado nacional por sua vez apresentou crescimento de 101,9%. Conforme mencionado anteriormente, no último trimestre de 2022 tivemos forte foco em promoções, que impactaram nosso ticket médio de bilheteria, porém na análise do contexto, avaliando em conjunto os resultados da bombonierè e público agregado, conseguimos melhorara de margem. A Companhia trabalha fortemente na diversificação de serviços ofertados, tais como: a) locações de espaços de cinemas para eventos corporativos, peças teatrais, transmissões ao vivo de programas de rádio e jogos de futebol; b) sessões exclusivas para escolas, shows diversificados; c) as salas de jogos de fuga ("Escape Route"); d) as sessões exclusivas para animais de estimação ("Cinepets"); e) e as sessões de filmes com carácter mais cultural em vários cinemas da rede ("Cine Atelier").

### EBITDA E LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

O EBITDA sem os reflexos do IFRS16 no encerramento do exercício de 2022 atingiu R$ 13,399 milhões, versus -13,639 milhões realizado no mesmo período do ano anterior, representando uma evolução de 198,2%. O EBITDA com os reflexos do IFRS16 no encerramento do exercício de 2022 atingiu R$ 19,750 milhões, versus -8,954 milhões realizado no mesmo período do ano anterior, representando uma evolução de 320,6%. Houve uma melhoria significativa no resultado apresentado, fato relacionado principalmente aos seguintes fatores: a) a melhora de público e receita realizada; b) ações de redução/negociação de custos e despesas; c) e pela Lei 14.148/2021 - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), que a partir do dia 18/03/2022, trouxe ao setor de exibição o benefício isenção do IRPJ, PIS, COFINS e CSLL pelo prazo 5 (cinco) anos. As outras receitas apresentadas em nosso resultado, são compostas basicamente por: receita com apropriação de subvenções governamentais; e descontos obtidos em custos mínimos de aluguel. As subvenções governamentais citadas são provenientes de algumas linhas de crédito de longo prazo que atualmente a Companhia opera, com características de baixas taxas de juros. No exercício de 2022, contabilizou-se nessa conta o montante de R$ 5,3 milhões. Na linha de descontos obtidos em custos mínimos, são totalizados os descontos concedidos por shoppings, refletindo as negociações realizadas durante o período em que os cinemas foram fortemente impactados pela pandemia da COVID 19, onde obtivemos o benefício de isenção ou redução do aluguel mínimo devido em contrato. No ano de 2022 a Cinesystem contabilizou nessa rubrica o montante líquido de R$ 14,027 milhões. A Companhia apresentou no exercício de 2022 prejuízo líquido de R$ 6,966 milhões, frente ao prejuízo líquido auferido no mesmo período do ano anterior de R$ 27,950 milhões. A melhoria no resultado está relacionada diretamente aos fatos já citados anteriormente na análise do EBITDA do ano.

### ADOÇÃO DO IFRS 16 - PRINCIPAIS IMPACTOS

Em 1 de janeiro de 2019, com a entrada em vigor do CPC 06/IFRS16, o Grupo passou a reconhecer os contratos de aluguel de salas de cinemas e de projetores de exibição como um ativo de direito de uso e a contrapartida da obrigação, como um passivo de arrendamento, ambos informados no balanço da Companhia pelo valor presente da operação. Assim, todos os pagamentos mensais referentes a aluguéis mínimos de imóveis, bem como aluguéis de projetores de exibição cinematográfica não são mais apresentados no demonstrativo de resultado nas linhas de custo com ocupação e de manutenção de salas. Consequentemente, esses custos não refletem mais em dedução para efeito de cálculo do EBITDA. Os ativos de direito de uso levantados em 01.01.2019 sofrem amortização mensal, de acordo com o prazo de cada contrato. Os passivos de arrendamento levantados em 01.01.2019 sofrem atualização de juros mensalmente, de acordo com a taxa de juros efetiva calculada para cada contrato de arrendamento.

### CAIXA E ENDIVIDAMENTO

Em outubro de 2020, a Companhia firmou contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES, para captação de recursos previstos no art. 2º da Lei Federal nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.299, de 12 de dezembro de 2007, e de acordo com as Resoluções do Comitê Gestor do FSA/ANCINE/ nos 151/2018, 168/2018, 192/2018, 198/2018 e 202/2020 e com o Contrato nº 20.2.0215.1, celebrado entre a Agência Nacional de Cinema – ANCINE e o BNDES, em 27 de agosto de 2020, na Modalidade IV – Apoio Emergencial do Fundo FSA de Financiamento ao Setor Audiovisual - BNDES Audiovisual. Durante os últimos anos, a Cinesystem realizou negociações junto a bancos públicos e privados, com quem tem instrumentos de crédito vigentes, visando a reestruturação do débito, minimizando assim os desembolsos relacionados a tais linhas. Essas operações de suspensão temporária de pagamentos (standstill) ou reestruturação de débito foram importantíssimas na estratégia de gestão de caixa da companhia, mas sem impacto em termos do endividamento total. A Companhia possui diversos instrumentos de empréstimo e financiamento que têm como principal característica baixas taxas de juros e vencimentos no longo prazo.Dentre as modalidades, destacam-se: FSA-Fundo Setorial Audiovisual Financiamento, FSA-Fundo Setorial Audiovisual Investimento e FSA-Fundo Setorial Audiovisual Emergencial. Vale ressaltar que as captações via Fundo Setorial Audiovisual Financiamento e Fundo Setorial Audiovisual Emergencial, são reconhecidas nas demonstrações financeiras pelo valor presente da dívida. A diferença apurada entre o valor contratual e o valor presente da dívida aparece nas demonstrações contábeis em conta segregada, denominada subvenção governamental. Os financiamentos via Fundo Setorial Audiovisual Investimento são contabilizados pelo valor justo da dívida e, de forma análoga ao Fundo Setorial Audiovisual Financiamento, requerem a contabilização da diferença do valor justo e do valor contratual na conta subvenção governamental. Durante toda vigência do contrato, anualmente, o passivo financeiro é mensurado pelo valor justo. A amortização do Fundo Setorial Audiovisual Investimento somente ocorrerá se o retorno do complexo (ROA - Resultado Operacional Ajustado) for positivo. O cálculo do retorno é feito anualmente, enquanto durar o contrato, cujo prazo é de 15 anos.

### ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O Grupo Stratus juntamente com o Signal Fundo de Investimentos e Participações Multiestratégia e Homero Icaza são investidores financeiros na Cinesystem e detém, conjuntamente, 43,9% do capital total da Companhia. Além dos citados, são acionadas da Companhia, a Agroup Participações S.A. com 44,1%, Carlos Emilio Sartório com 6% e Luiz Cláudio Zavarize com 6%, sendo os dois últimos, sócios anteriormente do Grupo Redecine Rio, que com a combinação dos negócios, passaram a figurar como acionistas da Cinesystem S.A..

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

**Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021**
(Em milhares de reais)

| | Nota | Consolidado 31.12.22 | Consolidado 31.12.21 | Controladora 31.12.22 | Controladora 31.12.21 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos** | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 9 | 5.871 | 19.787 | 20 | 12 |
| Contas a receber de clientes | 11 | 4.581 | 6.054 | 377 | 1.593 |
| Estoques | 12 | 2.052 | 2.066 | – | – |
| Impostos a recuperar | 13 | 4.437 | 3.269 | 48 | 27 |
| Outros créditos | 11 | 498 | 362 | 273 | 97 |
| Despesas antecipadas | | 780 | 305 | 351 | 170 |
| **Total do ativo circulante** | | 18.219 | 31.843 | 1.069 | 1.899 |
| Títulos e valores mobiliários | 10 | 5.147 | 5.051 | 70 | 70 |
| Impostos a recuperar | 13 | 4.564 | 2.689 | – | – |
| IR e CS diferidos | 14 | 1.566 | 3.903 | – | – |
| Outros créditos | 11 | 3.033 | 1.304 | 619 | 611 |
| | | 14.310 | 12.947 | 689 | 681 |
| Investimentos | 15 | – | – | 8.377 | 8.806 |
| Imobilizado | 16 | 72.522 | 81.910 | 487 | 554 |
| Intangível | 17 | 9.540 | 10.489 | 161 | 102 |
| Direitos de uso | 18 | 69.817 | 53.281 | 222 | 268 |
| **Total do ativo não circulante** | | 151.879 | 145.680 | 9.247 | 9.730 |
| **Total do ativo** | | 184.408 | 190.470 | 11.005 | 12.310 |

| | Nota | Consolidado 31.12.22 | Consolidado 31.12.21 | Controladora 31.12.22 | Controladora 31.12.21 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Passivo e patrimônio líquido** | | | | | |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 19 | 11.412 | 26.281 | 1.234 | 2.411 |
| Empréstimos e financiamentos | 20 | 16.582 | 13.255 | 3.882 | 3.937 |
| Subvenções governamentais | 21 | 4.113 | 5.245 | – | – |
| Passivos de arrendamentos | 22 | 19.073 | 23.137 | 111 | 82 |
| Obrigações sociais | 23 | 3.647 | 4.252 | 237 | 1.333 |
| Obrigações tributárias | | 713 | 1.309 | 23 | 15 |
| Obrigações com partes relacionadas | 30 | – | – | 17.384 | 11.521 |
| Impostos parcelados | | 749 | 382 | 211 | 100 |
| **Total do passivo circulante** | | 56.289 | 73.861 | 23.082 | 19.399 |
| Empréstimos e financiamentos | 20 | 74.813 | 71.642 | 2.109 | 4.928 |
| Subvenções governamentais | 21 | 21.527 | 23.962 | | |
| Passivos de arrendamentos | 22 | 63.424 | 46.319 | 134 | 202 |
| Impostos parcelados | | 2.466 | 1.780 | 593 | 305 |
| IR e CS diferidos | 14 | 439 | 679 | – | 20 |
| Provisão de investimentos | 15 | – | – | 19.831 | 15.367 |
| Provisão para contingências | 24 | 1.413 | 1.224 | 1.219 | 1.086 |
| **Total do passivo não circulante** | | 164.082 | 145.606 | 23.886 | 21.908 |
| **Patrimônio líquido (passivo a descoberto)** | 25 | | | | |
| Capital social | | | | | |
| Ajuste de avaliação patrimonial | | (6.712) | (6.520) | (6.712) | (6.520) |
| Reserva de incentivos fiscais | | 566 | 566 | 566 | 566 |
| Prejuízos acumulados | | (87.466) | (80.692) | (87.466) | (80.692) |
| **Passivo a descoberto atribuível aos controladores** | | (35.963) | (28.997) | (35.963) | (28.997) |
| **Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)** | | (35.963) | (28.997) | (35.963) | (28.997) |
| **Total do passivo e passivo a descoberto** | | 184.408 | 190.470 | 11.005 | 12.310 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**
(Em milhares de reais)

| | Nota | Consolidado 31.12.22 | Consolidado 31.12.21 | Controladora 31.12.22 | Controladora 31.12.21 |
|---|---|---|---|---|---|
| Receita líquida de vendas | 26 | 122.408 | 60.063 | 808 | 362 |
| Custos das vendas e serviços prestados | 27 | (106.086) | (77.560) | 15 | - |
| **(Prejuízo) lucro bruto** | | 16.322 | (17.497) | 823 | 362 |
| Despesas de vendas | 27 | (3.665) | (2.763) | (617) | (513) |
| Despesas administrativas | 27 | (23.956) | (17.335) | (1.065) | (3.760) |
| Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber | 11 | (169) | (152) | (33) | 15 |
| Outras receitas | 28 | 21.089 | 20.196 | 1 | - |
| Outras despesas | 28 | (48) | (17.551) | (5) | (12) |
| **Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos** | | 9.573 | | (896) | (3.908) |
| Receitas financeiras | 29 | 6.766 | 1.841 | 2 | 9 |
| Despesas financeiras | 29 | (21.183) | (18.232) | (1.199) | (1.445) |
| **Despesas financeiras líquidas** | | (14.417) | (16.391) | (1.197) | (1.436) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 15 | | | (4.893) | (22.612) |
| **Prejuízo antes dos impostos** | | (4.844) | (33.942) | (6.986) | (27.956) |
| IR e CS correntes | 14 | (25) | (8) | | |
| IR e CS diferidos | 14 | (2.097) | 6.000 | 20 | 6 |
| **Prejuízo do exercício** | | (6.966) | (27.950) | (6.966) | (27.950) |
| **Resultado atribuído para** | | | | | |
| Acionistas controladores | | (6.966) | (27.950) | (6.966) | (27.950) |
| Acionistas não controladores | | | | | |
| **Prejuízo do exercício** | | (6.966) | (27.950) | (6.966) | (27.950) |
| Prejuízo básico e diluído por ação do capital social no fim do exercício, em reais | 32 | (0,22) | (0,90) | (0,22) | (0,90) |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**
(Em milhares de reais)

| | Atribuível aos acionistas controladores: Capital social | Ajustes de avaliação patrimonial | Reserva de incentivos fiscais | Prejuízos acumulados | Total | Participação de acionistas não controladores | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 1º de janeiro de 2021** | 57.649 | (6.424) | 566 | (52.838) | (1.047) | – | (1.047) |
| Ajuste de avaliação patrimonial reflexo | – | | – | – | – | – | – |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | (27.950) | (27.950) | – | (27.950) |
| **Saldo em 1º de janeiro de 2022** | 57.649 | (6.520) | 566 | (80.692) | (28.997) | – | (28.997) |
| Ajuste de avaliação patrimonial reflexo | – | (192) | – | 192 | – | – | – |
| Prejuízo do exercício | – | – | – | (6.966) | (6.966) | – | (6.966) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | 57.649 | (6.712) | 566 | (87.466) | (35.963) | – | (35.963) |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**
(Em milhares de reais)

| | Consolidado 31.12.22 | Consolidado 31.12.21 | Controladora 31.12.22 | Controladora 31.12.21 |
|---|---|---|---|---|
| **(Prejuízo) lucro líquido do exercício** | (6.966) | (27.950) | (6.966) | (27.950) |
| Outros componentes do resultado abrangente do período | – | – | – | – |
| **Resultado abrangente total** | (6.966) | (27.950) | (6.966) | (27.950) |
| **Resultado atribuído para** | | | | |
| Acionistas controladores | (6.966) | (27.950) | (6.966) | (27.950) |
| Acionistas não controladores | – | – | – | – |
| **Resultado abrangente total** | (6.966) | (27.950) | (6.966) | (27.950) |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**
(Em milhares de reais)

| | Nota | Consolidado 31.12.22 | Consolidado 31.12.21 | Controladora 31.12.22 | Controladora 31.12.21 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Receitas (1)** | | 128.975 | 69.636 | 886 | 434 |
| Vendas de mercadorias, produtos e serviços | | 129.144 | 67.989 | 907 | 409 |
| Outras receitas | | | 1.799 | 12 | 10 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | (169) | (152) | (33) | 15 |
| **Insumos adquiridos de terceiros (2)** | | (65.715) | (34.610) | 2.863 | 1.899 |
| (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS) | | | | | |
| Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos | | (43.609) | (23.592) | 6 | (10) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | | (22.106) | (11.018) | 2.857 | 1.909 |
| **Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)** | | 63.260 | 35.026 | 3.749 | 2.333 |
| **Depreciação e amortização (4)** | 27 | (30.149) | (30.594) | (285) | (292) |
| **Valor adicionado líquido produzido pela companhia (3) - (4) = (5)** | | 33.111 | 4.432 | 3.464 | 2.041 |
| **Valor adicionado recebido em transferência (6)** | | 12.034 | 7.099 | (4.891) | (22.603) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 15 | – | – | (4.893) | (22.612) |
| Receitas financeiras | 29 | 6.766 | 1.841 | 2 | 9 |
| Receitas de subvenção governamental | 21 | 5.268 | 5.258 | – | – |
| **Valor adicionado total a distribuir (5+6)** | | 45.145 | 11.531 | (1.427) | (20.562) |
| **Distribuição do valor adicionado** | | 45.145 | 11.531 | (1.427) | (20.562) |
| **Pessoal** | 27 | 28.276 | 20.195 | 4.107 | 5.729 |
| **Impostos, taxas e contribuições** | | 9.447 | 2.312 | 317 | 220 |
| **Remuneração de capitais de terceiros** | | 14.388 | 16.974 | 1.115 | 1.439 |
| Juros | 29 | 4.741 | 6.483 | 1.033 | 1.391 |
| Aluguéis | 27 | 9.647 | 10.491 | 82 | 48 |
| **Remuneração de capitais próprios** | | (6.966) | (27.950) | (6.966) | (27.950) |
| Lucros (Prejuízos) retidos | | (6.966) | (27.950) | (6.966) | (27.950) |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021** (Em milhares de reais)

| | Nota | Consolidado 31.12.22 | Consolidado 31.12.21 | Controladora 31.12.22 | Controladora 31.12.21 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | | | | |
| **(Prejuízo) lucro líquido do período** | | (6.966) | (27.950) | (6.966) | (27.950) |
| **Ajustes para:** | | | | | |
| Depreciação | 16 | 13.837 | 15.034 | 109 | 122 |
| Amortização | 17 | 1.227 | 948 | 70 | 83 |
| Amortização - direito de uso | 18 | 15.085 | 14.612 | 106 | 87 |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | 20 | 6.214 | 4.308 | 947 | 886 |
| Resultado da alienação do ativo imobilizado e intangível | | 243 | (54) | 4 | 14 |
| Provisão para contingências | 24 | 189 | 10 | 133 | 45 |
| Descontos de arrendamentos mercantis - COVID-19 | 28 | (14.027) | (14.880) | – | – |
| Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment) | 16 | (1.676) | – | – | – |
| Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber | 11 | 169 | 152 | 33 | (15) |
| Resultado líquido do ajuste a valor presente empréstimos | 20 | 2.422 | 2.611 | – | – |
| Resultado líquido do ajuste a valor presente - passivo de arrendamento | 22 | 8.553 | 7.111 | 31 | 33 |
| Resultado líquido do ajuste a valor justo | 29 | 569 | 688 | – | – |
| Resultado com a subvenção governamental | 28 | (5.268) | (5.258) | – | – |
| Resultado de equivalência patrimonial | 15 | – | – | 4.893 | 22.612 |
| Resultado mudança de percentual | | – | – | – | – |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 14 | 2.097 | (6.000) | (20) | (6) |
| | | 22.668 | (8.668) | (660) | (4.089) |
| **Variação nos ativos e passivos** | | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | | (96) | 342 | – | – |
| Contas a receber de clientes | | 1.304 | (4.685) | 1.183 | (1.510) |
| Estoques | | 14 | (711) | – | – |
| Impostos a recuperar | | (3.043) | 2.917 | (21) | 37 |
| Outros créditos | | (1.864) | – | (184) | 270 |
| Despesas antecipadas | | (475) | 48 | (181) | 39 |
| Fornecedores | | (14.870) | 8.712 | (1.177) | (191) |
| Obrigações tributárias | | (596) | 855 | 8 | 1 |
| Obrigações sociais | | (605) | 1.496 | (1.096) | 462 |
| Impostos parcelados | | 1.053 | 577 | 398 | 289 |
| | | 3.490 | 883 | (1.730) | (4.692) |
| Impostos pagos sobre o lucro | | – | – | – | – |
| Juros pagos | | (2.370) | (1.706) | (947) | (886) |
| **Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais** | | 1.120 | (823) | (2.677) | (5.578) |
| **Fluxo de caixa de atividades de investimento** | | | | | |
| Aquisição de ativo imobilizado e intangível | 16/17 | (3.502) | (1.068) | (174) | (92) |
| Recebimento na venda de ativo imobilizado | | 208 | 133 | – | 20 |
| Dividendos recebidos de controladas | | – | – | – | – |
| **Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento** | | (3.294) | (935) | (174) | (72) |
| **Fluxo de caixa de atividades de financiamento** | | | | | |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 20 | – | 440 | – | 233 |
| Captação de recursos com subvenção governamental | 20 | 6.000 | 18.000 | – | – |
| Obtenção de recursos junto a partes relacionadas | | – | – | 12.256 | 26.489 |
| Pagamento do principal - empréstimos e financiamentos | 20 | (4.636) | (2.192) | (2.874) | (1.045) |
| Pagamento do principal - passivos de arrendamento | 22 | (13.106) | (2.928) | (130) | (107) |
| Saídas de recursos junto a partes relacionadas | | – | – | (6.393) | (19.932) |
| **Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento** | | (11.742) | 13.320 | 2.859 | 5.638 |
| **Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa** | | (13.916) | 11.562 | 8 | (12) |
| **Caixa e equivalentes de caixa no início do período** | | 19.787 | 8.225 | 12 | 24 |
| **Caixa e equivalentes de caixa no final do período** | | 5.871 | 19.787 | 20 | 12 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021** (Em milhares de reais)

**1. Contexto operacional:** A Cinesystem S.A. ("Companhia"), domiciliada no Brasil, é uma sociedade anônima de capital aberto, com registro obtido junto à CVM - Comissão de Valores Mobiliários em 20 de julho de 2016, na categoria Cia. Bovespa Mais (MA), com sede na Rua Vereador Basílio Sautchuk, 856, salas 1201, 1202, 1203 e 1204, Zona 01, Centro, na cidade de Maringá, Estado do Paraná. A Companhia e suas controladas (doravante denominadas, o "Grupo") têm como principais atividades a prestação de serviços de cinematografia e a revenda de mercadorias de Bomboniere. Atualmente o Grupo desenvolve essas atividades em salas próprias localizadas nos estados de Alagoas, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro. O Grupo encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com operações em 160 (cento e sessenta) salas, equivalentes a 26 complexos cinematográficos, mesmo número apresentado em 31 de dezembro de 2021. **Pandemia do Coronavírus e a continuidade operacional:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) tornou-se uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos. Entidades públicas decretaram o fechamento de shopping centers e salas de cinemas, e os órgãos mundiais de saúde determinaram a redução de aglomerações, distanciamento social e demais medidas restritivas. Tais fatos impactaram diretamente o público dos cinemas e, consequentemente, trouxe impacto direto na receita da Companhia e de suas controladas. Na análise detalhada dos impactos pelos fechamentos de suas operações em função da pandemia, a Administração concluiu que um cenário prolongado de quarentena poderia ocorrer. Dessa forma, o Grupo, colocou em prática diversas medidas, visando o equilíbrio do caixa até que o cenário fosse mais favorável para o setor, entre as mais importantes, podemos citar: a) negociações com fornecedores e shoppings; b) utilização do benefício das legislações possíveis para minimizar o impacto de custo de pessoal durante o período de fechamento dos cinemas; c) postergações de pagamentos de parcelas de empréstimos e financiamentos, tanto com bancos públicos, quanto privados; d) Captação de recurso emergenciais através de agência ligada ao setor de exibição. Mesmo com essas ações, levando em consideração que a capacidade de geração de receitas da Companhia está diretamente relacionada ao público em seus cinemas, uma vez que houve o fechamento de suas salas e mesmo quando abertas, a gravidade da pandemia não permitia o retorno à normalidade total até o avanço da vacinação, durante um longo período as receitas da Companhia se realizaram em patamares muito abaixo do fluxo normal. Com a melhora dos indicadores pandêmicos apresentados no segundo semestre de 2021, face ao avanço da vacinação, houve flexibilização da maioria dos protocolos e medidas restritivas impostas pelas autoridades sanitárias. Em dezembro de 2021, com o lançamento de novos filmes a performance de público e receita foram excelentes, chegando a patamares anteriores à pandemia. Pelas receitas realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, mesmo com os reflexos da variante Ômicron nos meses de janeiro e fevereiro, reforça o entendimento que o mercado está entrando em níveis próximos a normalidade, com bons filmes, com o cinema voltando a figurar como uma ótima opção de lazer, e consequentemente trazendo assim o público de volta. Nesse contexto, o desempenho financeiro e liquidez do Grupo foram impactados, tanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, quanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, incorreram em prejuízo de R$ 6.966 mil (R$ 27.950 mil em 2021), apresenta patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R$ 35.963 mil (R$ 44.658 mil em 2021) e a Companhia apresenta excesso de passivo circulante sobre ativo circulante de R$ 22.013 mil (R$ 17.500 mil em 2021 e no consolidado de R$ 38.070 mil (R$ 42.018 mil em 2021). Este fato está relacionado, além dos aspectos antes citados, também a: 1. Adoção em 1º. de janeiro de 2019 do CPC 06/IFRS 16, onde os contratos de aluguéis passaram a compor os ativos e passivos da Companhia e suas controladas; 2. Alguns passivos de arrendamento no exercício findo em 31.12.2022 eram objeto de negociação com os shoppings por conta dos impactos da pandemia no custo de ocupação. Até a emissão destas Demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas, a Companhia encontra-se com todos os seus complexos cinematográfico em operação, nenhum deles apresenta restrições de ocupação. Em 18 de março de 2022, o Congresso Nacional incluiu na Lei 14.148/2021 que criou o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), itens anteriormente vetados, que constituem importantes benefícios para o setor de exibição, podendo destacar: a) a isenção do IRPJ, PIS, COFINS e CSLL, pelo prazo de 5 anos; b) indenizações no montante máximo de R$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais) - desde que comprovem que tiveram redução superior a 50% (cinquenta por cento) no faturamento entre 2019 e 2020. Os benefícios trazidos pelo Perse estão sendo tomados pela administração da Companhia desde sua divulgação. Em linha com suas atividades de gestão, e considerando a probabilidade de mudança de cenário em relação ao Coronavírus, a Administração elaborou estudos financeiros com cenários distintos de fluxo de caixa, considerando um período de 12 meses, a partir da data de autorização e aprovação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indicam uma melhora dos indicadores. As premissas criadas são baseadas no potencial de retomada do mercado exibidor para os próximos meses, levando em consideração os lançamentos e remarcações de datas de estreias previstas, além da descontinuidade das restrições e regulamentações decorrentes da COVID-19, juntamente com as respostas propostas pela Administração ao longo do período, além das ações de renegociações do perfil das dívidas com fornecedores e de empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras e com os reflexos trazidos pelo benefício do PERSE. Mesmo com o cenário pandêmico atualmente sob controle, o momento ainda requer cautela, assim a Administração considera que o pressuposto de continuidade continua válido, considerando todas as informações disponíveis até a data de autorização para emissão dessas informações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas baseadas no pressuposto de continuidade operacional. **2. Relação das entidades controladas:** As controladas integrais do Grupo, consolidadas nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são: Redecine RIO Cinematográfica S.A e Redecine BRA Cinematográfica S.A, onde a controladora detém 100% de participação nas ações em ambas. **3. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Apesar da opção em apresentar as informações financeiras trimestrais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R4) – Demonstrações contábeis intermediárias, a administração opta por apresentar suas informações trimestrais com todas as divulgações de práticas contábeis e notas explicativas utilizadas na demonstração financeira anual. A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 20 de março de 2023. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na Nota explicativa nº 7. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 18 e 22 - direito de uso e passivos de arrendamentos: definição dos prazos de arrendamento:** Incertezas sobre premissas e estimativas. s informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 16 e 17** - Imobilizado e intangível - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis (ágio) e ativo imobilizado (UCG - Cinemas): principais premissas em relação aos valores recuperáveis; **Nota explicativa nº 18 e 22 - direito de uso e passivos de arrendamentos: (principais premissas na taxa de juros e prazo de arrendamentos)**; e **Nota explicativa nº 24** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **(i) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para passivos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo e passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). 6. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico. As demonstrações contábeis foram elaboradas levando em conta o pressuposto da continuidade operacional, dado que a Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perpetuidade de seus negócios e a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia. **7. Principais políticas contábeis: (a) Mudança nas principais políticas contábeis:** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário. **(b) Base de consolidação: (i) Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações financeiras de controladora são incluídas nas informações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Os investimentos em entidades controladas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação.

CONTINUAÇÃO➡

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Michio Lugoboni.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 79F3-3F55-C5FD-A76E.

CONTINUAÇÃO ➡

## CINESYSTEM S.A. - CNPJ nº 07.437.016/0001-05

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021** (Em milhares de reais)

Após o reconhecimento inicial, as informações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida. Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações com 100% das ações nas controladas Redecine RIO Cinematográfica S.A. e Redecine BRA Cinematográfica S.A. As informações sobre as controladas estão divulgadas na Nota Explicativa 15. **(ii) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das informações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **(c) Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. **(d) Receita líquida de vendas: (i) Vendas de mercadorias - Bomboniere:** As receitas de vendas de mercadorias são reconhecidas quando o cliente obtém o controle dos produtos. A receita da venda destas mercadorias no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. **(ii) Prestação de serviços:** A receita com bilheteria é reconhecida no resultado com base nas movimentações de bilhetes efetivamente utilizados. Tais bilhetes são vendidos pela internet, nas bilheterias e totens de autoatendimento de cada multiplex. As receitas de mídia em tela são reconhecidas de acordo com as inserções de propaganda de nossos clientes realizadas durante o mês. O total da contraprestação desses serviços é atribuída aos serviços com base em seus preços de venda individuais. Os preços de venda individuais são determinados com base na tabela de preços que o Grupo utiliza para transações de venda de cada serviço separadamente. **(e) Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(f) Subvenções governamentais:** A diferença entre o valor contratual dos empréstimos na modalidade de Fundo Setorial Audiovisual Financiamento e Investimento e o valor presente e justo, são segregados na conta de subvenções governamentais. Tal conta será apropriada linearmente ao resultado, na rubrica de outras receitas, levando em consideração os prazos contratuais de cada modalidade de dívida. **(g) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros reconhecidos no resultado, através do método dos juros efetivos, receitas com ganho em aplicações financeiras, descontos obtidos e receitas com subvenções governamentais. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **(h) Imposto de renda e contribuição social:** No caso das empresas tributadas pelo lucro real, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de fechamento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Ao determinar o seu imposto de renda corrente e diferido o Grupo leva em conta o impacto das incertezas em relação à posição fiscal realizada e se impostos e juros adicionais devem ser pagos. O Grupo acredita que a provisão para imposto de renda no passivo é adequada para todos os exercícios fiscais em andamento, com base na avaliação de diversos fatores, incluindo a interpretação da legislação tributária e experiência passada. Esta avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. A Lei 14.148/2021 que criou o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), publicada em 18 de março de 2022, trouxe benefícios para o setor de exibição no que tange ao IRPJ e CSLL, pela lei, pelo prazo de 5 anos, as empresas do setor serão tributadas à alíquota zero em ambos impostos. A Companhia está utilizando o benefício para as duas empresas exibidoras: Redecine BRA e Redecine Rio. Novas informações podem se tornar disponíveis, que levem o Grupo a mudar o seu julgamento sobre a adequação da provisão existente, tais mudanças na provisão afetariam as despesas de imposto de renda no ano em que são feitas. **(i) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio ponderado. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **(j) Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo Grupo inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos nas linhas de "outras receitas" e "outras despesas" na demonstração do resultado. Custos subsequentes. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iv) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. As taxas de depreciação estão mencionadas abaixo.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

| | | |
|---|---|---|
| Móveis e utensílios | 10 % a.a. | 10 anos |
| Máquinas e equipamentos | 5 a 33 % a.a. | 3 a 20 anos |
| Equipamentos de Informática | 20 % a.a. | 5 anos |
| Benfeitorias em prédios de terceiros | 7 % a.a. | 15 anos |
| Outros | 4 % a.a. | 25 anos |

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas" ou "outras despesas" na demonstração do resultado. **(k) Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis que compreendem os sistemas de informática (softwares), direitos autorais e direito de uso comercial, que são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para o exercício corrente e comparativo varia de 5 a 25 anos, com taxa média de amortização anual de 20,7%. O ágio reconhecido no intangível tem origem no resultado da aquisição de combinação de negócios, conforme determinado pelo laudo de Purchase Price Allocation (PPA). O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é mais amortizado e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes. Os direitos readquiridos têm origem na combinação de negócios, conforme determinado pelo laudo de Purchase Price Allocation (PPA), sofrendo amortização no prazo de 02 anos. Os direitos em contratos de aluguel têm origem na combinação de negócios, conforme determinado pelo laudo de Purchase Price Allocation (PPA), sofrendo amortização de acordo com o determinado em cada contrato de locação, de 2 a 8 anos. **(l) Ativos de direito de uso:** Grupo reconhece um ativo de direito de uso na data de início do arrendamento. Tais ativos são mensurados inicialmente pelo custo, trazido a valor presente, e posteriormente deduzindo a depreciação acumulada, bem como eventuais perdas ao valor recuperável. O valor registrado poderá ser ajustado quando houver qualquer remensuração do referido contrato. **(i) Definição de arrendamento:** O Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício de tempo em troca de contraprestação. **(v) Políticas contábeis:** O Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento sempre que realiza uma operação de arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados inicialmente pelo custo do contrato, a valor presente, e posteriormente, deduzindo a depreciação acumulada e as perdas ao valor recuperável, podendo sofrer reajustes, caso ocorra a remensuração do referido contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa de empréstimo incremental como taxa de desconto. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos (bruto de impostos), descontados a uma taxa incremental de juros. A Administração da Companhia definiu que a taxa incremental a ser considerada para desconto destes fluxos é uma taxa de juros nominal, prontamente observável no mercado, adicionada do spread de risco da Companhia. Esta definição de utilização de taxa de juros nominal, na avaliação da Companhia, é a que melhor reflete as características de seus contratos. O Grupo aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos nos que incluem opções de renovação. A avaliação se o Grupo está razoavelmente certo de exercer essas opções têm impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos. **(vi) Passivos de arrendamento:** Dos contratos que foram escopo da norma, a Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo, para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos as renovatórias de acordo com a política interna da Companhia, cujo prazo ocorre normalmente seis meses antes do vencimento do contrato quando identificamos a razoável certeza da renovação. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados com base na taxa real de desconto, de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental corresponde a uma taxa que seria paga no início do contrato de arrendamento para um empréstimo com prazo e garantias semelhantes, para obter um ativo de valor similar ao ativo de direito de uso em um ambiente similar. O Grupo optou pela utilização do

expediente prático de utilizar uma taxa de desconto única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes. Por este motivo, apresenta um intervalo de 12,10% ao ano a 14,72% ao ano. **(m) Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração:** Contas a receber de clientes e outros créditos são reconhecidos inicialmente a valor justo quando emitidos. Na prática é mensurado pelo preço da operação. Não há componentes significativos de financiamento. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando, e apenas quando, o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. **(vii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, a Administração avalia se um ativo financeiro deve ser classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. O Grupo só dispõe de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, os quais, são mantidos até o vencimento para recebimento dos fluxos de caixa contratados. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Em geral, os ativos financeiros mantidos em carteira são compostos apenas por principal e juros sobre o valor principal em aberto. Atualmente, o Grupo possui ativos financeiros classificados a custo amortizado. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

| | |
|---|---|
| **Ativos financeiros a custo amortizado** | Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. |

*Passivos financeiros:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os empréstimos e financiamentos captados na modalidade de Fundo Setorial Audiovisual Financiamento, são reconhecidos pelo valor presente da dívida, sendo a diferença entre o valor contratual, versus o valor presente da dívida, caracterizando como subvenção governamental. Nos exercícios subsequentes, o passivo financeiro é mensurado pelo custo amortizado pela taxa efetiva. Os empréstimos e financiamentos captados na modalidade de Fundo Setorial Audiovisual Investimento, são reconhecidos pelo valor justo da dívida, sendo a diferença entre o valor contratual, versus o valor justo da dívida, caracterizando como subvenção governamental. Nos exercícios subsequentes, o passivo financeiro é mensurado pelo valor justo. **Desreconhecimento: Ativos financeiros:** O Grupo deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual. **Passivos financeiros:** O Grupo deixa de reconhecer um passivo financeiro quando as obrigações contratuais aos fluxos de caixa do passivo expiram ou são canceladas. O Grupo também deixa de reconhecer um passivo financeiro quanto os termos do contrato são modificados e os termos dos fluxos de caixa são substancialmente diferentes, nestes casos um novo passivo financeiro é reconhecido baseado nestes novos termos. **(viii) Compensação:** Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(n) Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **(o) Redução ao valor recuperável (Impairment): (i) Ativos financeiros não-derivativos:** O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados a custo amortizado. As provisões para perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 30 dias. Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. O saldo de provisão para perda de crédito esperada corresponde substancialmente a valores com alto risco de não recebimento. A Companhia monitora constantemente o saldo de recebíveis e suas estimativas de inadimplência, considerando o conceito de perda incorrida e perda esperada e quando na menor expectativa de não haver a possibilidade de seu recebimento, constitui-se a provisão para perda de crédito esperada. A despesa com a constituição da perda estimada é registrada na demonstração do resultado. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: **dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; ou quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 30 dias. (ix) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio, o valor recuperável é estimado todo ano. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste de valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado a UGC para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não maior que um segmento operacional. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **(p) Provisões:** As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **(q) Demonstrações de valor adicionado:** O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar. **8. Normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas não estão em vigor para o exercício de 2022. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) não permite a adoção antecipada no Brasil. • Alteração IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis: Trata da classificação de passivos financeiros e os mecanismos que a entidade deve deter para assegurar que tais passivos não serão liquidados dentro de 12 meses, bem como aspectos de divulgação em notas explicativas. Alteração com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: Trata das divulgações de políticas contábeis materiais ao invés de políticas contábeis significativas. As alterações definem o que é informação de política contábil material. Alteração com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 8 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro: A alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis (comumente com aplicações retrospectivas em transações passadas) de mudanças nas estimativas contábeis (aplicação prospectiva nas transações futuras). Alteração com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. • Alteração ao IAS 12 – Tributos sobre o Lucro: obriga as entidades a reconhecerem o imposto diferido em transações, que, no reconhecimento inicial, podem dar origem a montantes iguais de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Alteração com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Entidade. Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo nestas demonstrações contábeis.

**9. Caixa e equivalentes de caixa:** O Grupo considera como equivalentes de caixa os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
| Disponibilidades em moeda nacional | 385 | 636 | 2 | 2 |
| Bancos conta movimento | 577 | 1.495 | 12 | 6 |
| **Aplicações Financeiras** | | | | |
| Aplicação Itaú | 4.782 | 17.591 | - | - |
| Aplicação Banco Santander | 126 | 62 | 6 | 4 |
| Aplicação Banco Bradesco | 1 | 3 | - | - |
| | **5.871** | **19.787** | **20** | **12** |

O volume de recursos junto às instituições financeiras corresponde a créditos que serão utilizados pela Administração no giro financeiro operacional. O saldo de disponibilidade em moeda nacional refere-se aos saldos de caixa disponível nos cinemas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possuía aplicações de curto prazo em Certificados de Depósito Bancário (CDB), remunerados com base na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (106% do CDI), sendo que tais recursos são resgatados à medida da necessidade de caixa operacional, sem significante mudança de valor.

**10. Títulos e valores mobiliários - não circulante**

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
| **Aplicações financeiras de longo prazo** | | | | |
| Aplicação Banco Santander | 270 | 270 | 70 | 70 |
| Aplicação Banco Itaú | 4.877 | 4.781 | - | - |
| | **5.147** | **5.051** | **70** | **70** |

As aplicações financeiras estão vinculadas às operações secundárias de empréstimos e financiamentos, conforme detalhado na Nota explicativa nº 20. As aplicações referem-se, em sua maioria, a investimentos em fundo de investimentos e em Certificados de Depósito Bancário (CDB), remunerados com base na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (100% a 101% CDI) e só poderão ser resgatados antecipadamente com autorização das instituições bancárias, ou integralmente na finalização do contrato de empréstimo e financiamento.

**11. Contas a receber de clientes e outros créditos**

| | | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Nota | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
| **Contas a receber de clientes** | | | | | |
| Cartões de crédito e débito | | 3.024 | 4.413 | - | - |
| Veiculação de propaganda em tela | | 920 | 818 | 11 | 60 |
| Venda de ingressos pela internet | | 448 | 621 | - | - |
| Venda de ingressos corporativos | | 133 | 123 | 8 | 4 |
| Aluguel de salas, sessões fec. e esc. | | 44 | 20 | - | - |
| Créditos *VPF-Firtual Print Fee* | | 74 | 74 | 74 | 74 |
| Outros clientes | | 252 | 177 | 90 | 84 |
| Perda por redução ao valor recuperável | | (314) | (192) | (131) | (100) |
| Partes relacionadas | 30 | - | - | 325 | 1.471 |
| | | **4.581** | **6.054** | **377** | **1.593** |
| **Outros créditos** | | | | | |
| **Circulante** | | | | | |
| Adiantamentos a fornecedores | | 201 | 262 | 2 | 3 |
| Adiantamentos a funcionários | | 16 | 11 | - | 5 |
| Verbas de marketing e performance | | 281 | 89 | 271 | 89 |
| | | **498** | **362** | **273** | **97** |
| **Não circulante** | | | | | |
| Partes relacionadas | 30 | 611 | 611 | 611 | 611 |
| Depósitos recursais | | 2.422 | 693 | 8 | - |
| | | **3.033** | **1.304** | **619** | **611** |
| | | **3.531** | **1.666** | **892** | **708** |

**(a) Composição por vencimento das contas a receber de clientes**

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
| ***Aging contas a receber de clientes*** | | | | |
| Vencidos | 490 | 257 | 138 | 149 |
| A vencer 03 meses | 4.263 | 5.944 | 22 | 73 |
| A vencer 06 meses | 64 | 21 | 23 | - |
| A vencer acima de 6 meses | 78 | 24 | 325 | 1.471 |
| | **4.895** | **6.246** | **508** | **1.693** |

Os valores vencidos estão representados por instituições privadas no montante de R$ 490. A Administração do Grupo constitui provisão para perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa vencidos há mais de 30 dias, exceto para títulos que se encontram em discussões entre as partes, além de considerar a estimativa de perdas esperadas, mensurando a taxa de perda de crédito esperada calculada para cada segmento com base na condição de inadimplemento e na experiência real de perda de crédito nos últimos dois anos. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da provisão para perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa, no consolidado do Grupo, foi de R$ 314 (R$ 192 em 31.12.2021).

**Composição do contas a receber vencidos por grupo de clientes (Consolidado)**

| Vencidos | Vencidos | Vencido acima de 180 dias | Vencido de 91 a 180 dias | Vencido até 90 dias | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Órgãos Públicos | - | - | - | - | - |
| Privados | 490 | 302 | 24 | 164 | 490 |
| | **490** | **302** | **24** | **164** | **490** |

**Movimento de provisão para perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa:**

| ***Em milhares de Reais*** | **Consolidado** | **Controladora** |
|---|---|---|
| **Saldo em 1º de janeiro de 2021** | **550** | **136** |
| Provisão para redução do valor recuperável reconhecida | 268 | 28 |
| Valores de provisões baixados | (626) | (64) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **192** | **100** |
| Provisão para redução do valor recuperável reconhecida | 168 | 32 |
| Valores de provisões baixados | (46) | (1) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | **314** | **131** |

O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2022 de R$ 314, refere-se à constituição de provisão de empresas privadas, não havendo constituição de provisão para empresas públicas.

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| **Resultado** | **31.12.2022** | **31.12.2021** |
| Provisão para redução do valor recuperável reconhecida | (168) | (268) |
| Valores de provisões baixados | 46 | 626 |
| Perdas efetivas | (47) | (510) |
| | **(169)** | **(152)** |
| Provisão para redução do valor recuperável reconhecida | (215) | (778) |
| Reversão | 46 | 626 |
| | **(169)** | **(152)** |

| | Controladora | |
|---|---|---|
| **Resultado** | **31.12.2022** | **31.12.2021** |
| Provisão para redução do valor recuperável reconhecida | (32) | (28) |
| Valores de provisões baixados | 1 | 64 |
| Perdas efetivas | (2) | (21) |
| | **(33)** | **15** |
| Provisão para redução do valor recuperável reconhecida | (34) | (49) |
| Reversão | 1 | 64 |
| | **(33)** | **15** |

**12. Estoques (Consolidado)**

O saldo de estoques é composto por materias de consumo - óculos 3D e canudos de refrigerante e mercadorias para revenda - pipocas, refrigerantes, sucos, doces, balas, bombons, confeitos e semelhantes, utilizados nas bombonieres dos cinemas.

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
| Material de consumo (óculos 3D e canudos) | 748 | 746 |
| Pipocas | 507 | 605 |
| Refrigerantes | 352 | 343 |
| Doces (balas, doces, bombons) | 97 | 88 |
| Souveniers | 242 | 186 |
| Bebidas (águas, sucos, etc.) | 68 | 65 |
| Itens bombo vip (vinhos, doces e salgados finos) | 38 | 33 |
| | **2.052** | **2.066** |

Os produtos vencidos são baixados dos estoques a medida que seu vencimento ocorra. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração possuía expectativa de realização de seus estoques, sendo assim nenhuma provisão de perda foi constituída.

**13. Impostos a recuperar**

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
| IRRF a recuperar | 333 | 92 | 1 | 2 |
| PIS / COFINS a recuperar | 4.875 | 4.366 | - | - |
| PIS / COFINS Ped. Rest. e Comp. | 3.059 | - | - | 1 |
| IRPJ e CSLL a recuperar | 496 | 1.299 | - | 1 |
| Outros impostos a recuperar | 238 | 201 | 47 | 23 |
| | **9.001** | **5.958** | **48** | **27** |
| Não circulante | 4.564 | 2.689 | - | - |
| Circulante | 4.437 | 3.269 | 48 | 27 |
| | **9.001** | **5.958** | **48** | **27** |

A conta PIS/COFINS Pedido de Restituição e Compensação se refere a créditos acumulados em PIS e COFINS do 2º. e 3º. Trimestre de 2022, que foram objeto de pedido de compensação e restituição, tal saldo está sendo utilizado para compensação/liquidação de INSS a recolher. O saldo apresentado na parcela não circulante refere-se a créditos sobre ativos que serão recuperados no longo prazo considerando a apropriação conforme estabelecido nos termos da lei, e créditos acumulados nas aquisições de mercadorias e serviços que ainda não foram objeto de pedido de compensação e ressarcimento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a movimentação do saldo de PIS e COFINS a recuperar apresentou os seguintes valores:

| | Consolidado | | |
|---|---|---|---|
| | **PIS a Recuperar** | **COFINS a Recuperar** | **Total** |
| Crédito sobre aquisição de ativos | 642 | 2.959 | 3.601 |
| Crédito sobre aquisições de serviços e mercadorias | 112 | 506 | 618 |
| Ação exclusão ICMS base PIS e COFINS | - | 147 | 147 |
| **Em 31 de dezembro de 2021** | **754** | **3.612** | **4.366** |

| | Consolidado | | |
|---|---|---|---|
| | **PIS a Recuperar** | **COFINS a Recuperar** | **Total** |
| **Entradas** | | | |
| Crédito retidos na fonte | - | - | - |
| Crédito sobre aquisição de ativos | 3 | 16 | 19 |
| Crédito sobre aquisições de serviços e mercadorias | 1.342 | 6.038 | 7.380 |
| Pedido de ressarcimento e compensação | 686 | 3.156 | 3.842 |
| | **2.031** | **9.210** | **11.241** |
| **Compensações** | | | |
| Crédito sobre aquisição de ativos | (160) | (741) | (901) |
| Crédito sobre aquisições de serviços e mercadorias | (382) | (1.617) | (1.999) |
| Transf. recuperar para ressarcimento e compensação | (686) | (3.158) | (3.844) |
| Pedido de ressarcimento e compensação | - | (929) | (929) |
| | **(1.228)** | **(6.445)** | **(7.673)** |
| **Em 31 de dezembro de 2022** | **1.557** | **6.377** | **7.934** |

| | Consolidado | | |
|---|---|---|---|
| | **PIS a Recuperar** | **COFINS a Recuperar** | **Total** |
| Crédito sobre aquisição de ativos | 485 | 2.234 | 2.719 |
| Crédito sobre aquisições de serviços e mercadorias | 386 | 1.769 | 2.155 |
| Pedido de ressarcimento e compensação | 686 | 2.374 | 3.060 |
| **Em 31 de dezembro de 2022** | **1.557** | **6.377** | **7.934** |

**14. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

| Consolidado | Ativo | | Passivo | | Líquido | | Resultado | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
| Custos distribuição e demais despesas | - | 2.046 | - | - | - | 2.046 | (2.046) | 753 |
| Custo atribuído imobilizado | - | - | - | (99) | - | (99) | 99 | 49 |
| Contingências | - | 47 | - | - | - | 47 | (47) | (12) |
| Diferença de depreciação fiscal e societária | - | - | (1.585) | (7.139) | (1.585) | (7.139) | 5.554 | (440) |
| Custo veiculação de propaganda | - | 5 | - | - | - | 5 | (5) | (2) |
| Redução valor recuperável de contas a receber | - | 31 | - | - | - | 31 | (31) | (109) |
| Diferença temporárias - IFRS16 | 3.151 | 8.344 | | - | 3.151 | 8.344 | (5.193) | 5.444 |
| Diferido combinação de negócios | - | - | (439) | (659) | (439) | (659) | 220 | 224 |
| Redução valor recuperável de imobilizados | - | 648 | - | - | - | 648 | (648) | 93 |
| | **3.151** | **11.121** | **(2.024)** | **(7.897)** | **1.127** | **3.224** | **(2.097)** | **6.000** |
| Diferido Ativo | | | | | 1.566 | 3.903 | | |
| Diferido Passivo | | | | | (439) | (679) | | |
| **Líquido** | | | | | **1.127** | **3.224** | | |

Devido ao benefício trazido pelo PERSE, com alíquota zero de IRPJ e CSSL por 60 meses, a Companhia não constitui novas provisões e avaliou individualmente todos os saldos que deverão permanecer nos seus ativos e passivos diferidos.

| Controladora | Ativo | | Passivo | | Líquido | | Resultado | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 30.09.2021 |
| Custos distribuição e demais despesas | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Contingências | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Diferença de depreciação fiscal e societária | - | - | - | (20) | - | (20) | 20 | 6 |
| Custo veiculação de propaganda | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Perda por redução ao valor recuperável | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | **-** | **-** | **-** | **(20)** | **-** | **(20)** | **20** | **6** |
| Diferido Ativo | | | | | - | - | | |
| Diferido Passivo | | | | | - | (20) | | |
| **Líquido** | | | | | **-** | **(20)** | | |

**(a) Composição dos saldos:** O Grupo utiliza regime tributário de apuração pelo lucro real para as seguintes empresas: Redecine BRA Cinematográfica S.A., Redecine RIO Cinematográfica S.A. e Cinesystem S.A. O Grupo calcula e registra seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Impostos diferidos ativos são reconhecidos quando há probabilidade de o lucro futuro tributável estar disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros sujeitos, portanto, a alterações. A Administração avaliou as perspectivas das companhias com prejuízos fiscais acumulados em gerar lucro tributável futuro. Contudo, diante do cenário de incertezas em decorrência da pandemia Covid-19 que ocasionou prejuízos recentes, e a legislação do PERSE que trouxe o benefício de alíquota zero de IR e CSSL para os próximos 60 meses, a Administração julgou não haver lucros tributáveis futuros. Por esta razão, o Grupo não reconheceu impostos diferidos ativos, considerando a base de prejuízos fiscais apresentada abaixo. Os prejuízos fiscais acumulados do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, somados aos prejuízos fiscais de exercícios anteriores, totalizam R$ 204.769 (R$ 193.660 em 2021), conforme demonstrado no quadro abaixo:

| | |
|---|---|
| **Saldo prejuízos fiscais em 01 de janeiro de 2021** | **169.777** |
| Prejuízos fiscais do 2021 | 23.883 |
| **Saldo prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2021** | **193.660** |
| Prejuízos fiscais do 2022 | 11.109 |
| **Saldo prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2022** | **204.769** |

**Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social:** Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor atualmente sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado em 31 de dezembro de 2022, apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

| | Cálculo Lucro Real | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31.12.2022 | | | 31.12.2021 | | |
| **Empresas de lucro real** | **IR** | **CS** | **Total** | **IR** | **CS** | **Total** |
| **Resultado antes dos impostos** | **(4.844)** | **(4.844)** | | **(33.942)** | **(33.942)** | |
| Adições | 43.046 | 43.046 | | 43.686 | 43.686 | |
| Exclusões | (49.311) | (49.311) | | (33.627) | (33.627) | |
| **Base tributável** | **(11.109)** | **(11.109)** | | **(23.883)** | **(23.883)** | |
| IRPJ e CSLL lucro real | - | - | | - | - | |
| **IRPJ e CSLL lucro real** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |

| | Consolidado | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 31.12.2022 | | | 31.12.2021 | | |
| **Resumo IRPJ e CSSL** | **IR** | **CS** | **Total** | **IR** | **CS** | **Total** |
| Ajuste IRPJ anos anteriores | - | (25) | **(25)** | - | 8 | 8 |
| IRPJ e CSLL presumidos | - | - | - | - | - | - |
| IRPJ e CSLL lucro real | - | - | - | - | - | - |
| **Total impostos correntes** | **-** | **(25)** | **(25)** | **-** | **8** | **8** |

**15. Investimentos (Controladora):** Nenhuma das companhias controladas tem suas ações negociadas em bolsa de valores. **(a) Movimentações dos investimentos**

| | Controladora | |
|---|---|---|
| | **31.12.2022** | **31.12.2021** |
| Investimentos em sociedades controladas | (13.225) | (6.561) |
| | **(13.225)** | **(6.561)** |

| | Controladora | |
|---|---|---|
| | **31.12.2022** | **31.12.2021** |
| **Saldo inicial** | **(6.561)** | **16.051** |
| Aumento de capital em controladas | - | - |
| Equivalência patrimonial | (4.467) | (22.177) |
| Equivalência patrimonial combinação | (426) | (435) |
| Mudança percentual incorporação | - | - |
| Distribuição de lucros | - | - |
| **Saldo final** | **(11.454)** | **(6.561)** |

**(b) Movimentação de investimento analítico**

| | Redecine Rio Cin. S.A. | Redecine BRA Cin. S.A. | Ágio e Mais valia | Total |
|---|---|---|---|---|
| **(a) Participação capital em 31 de dezembro de 2022** | | | | |
| % Participação | 100,0000% | 100,0000% | 0,0000% | |
| Quantidade total de quotas: | 26.568.813 | 160.618.250 | - | 187.187.063 |
| Quantidade de quotas possuídas: | 26.568.813 | 160.618.250 | - | 187.187.063 |
| **(b) Informação controladas em 31 de dezembro de 2022** | **(12.986)** | **(8.616)** | **-** | **(21.602)** |
| Capital social | 26.569 | 70.280 | - | 96.849 |
| Reservas fiscais | - | 566 | - | 566 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | 9 | 473 | - | 482 |
| Reserva de Lucros a Realizar | 59 | (93) | - | (34) |
| Resultado de exercícios anteriores | (38.252) | (74.977) | - | (113.229) |
| Resultado do exercício | (1.371) | (4.865) | - | (6.236) |
| **Movimentação exercício findo em 31 de dezembro de 2022** | | | | |
| **Saldo em 01 de janeiro de 2021** | **(4.524)** | **11.334** | **9.241** | **16.051** |
| Equivalência patrimonial do exercício | (7.091) | (15.086) | - | (22.177) |
| Equivalência patrimonial | - | - | (435) | (435) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **(11.615)** | **(3.752)** | **8.806** | **(6.561)** |
| Equivalência patrimonial do exercício | (1.352) | (3 115) | - | (4 467) |
| Equivalência patrimonial | - | - | (426) | (426) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | **(12.967)** | **(6.867)** | **8.380** | **(11.454)** |

**(c) Informações dos investimentos nas controladas**

| **Em 31 de dezembro de 2021** | **País** | **Ativos** | **Passivos** | **Patrimônio líquido** | **Receita bruta** | **Resultado** | **% Part.** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Redecine Rio Cin. S.A. | Brasil | 49.349 | 60.964 | (11.615) | 17.088 | (7.091) | 100,00% |
| Redecine BRA Cin. S.A. | Brasil | 150.452 | 154.204 | (3.752) | 50.492 | (15.086) | 99,99% |
| | | **199.801** | **215.168** | **(15.367)** | **67.580** | **(22.177)** | |
| Purchase Price Alocation (PPA) | Brasil | - | - | 8.806 | | (435) | |
| | | **199.801** | **215.168** | **(6.561)** | **67.580** | **(22.612)** | |

| **Em 31 de dezembro de 2022** | **País** | **Ativos** | **Passivos** | **Patrimônio líquido** | **Receita bruta** | **Resultado** | **% Part.** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Redecine Rio Cin. S.A. | Brasil | 38.598 | 51.565 | (12.967) | 32.328 | (1.352) | 100,00% |
| Redecine BRA Cin. S.A. | Brasil | 154.581 | 161.448 | (6.867) | 95.919 | (3.115) | 99,99% |
| | | **193.179** | **213.013** | **(19.834)** | **128.247** | **(4.467)** | |
| Ágio e Mais valia | Brasil | | - | 8.380 | | (426) | |
| | | **193.179** | **213.013** | **(11.454)** | **128.247** | **(4.893)** | |

CONTINUAÇÃO ➡

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Michio Lugoboni.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 79F3-3F55-C5FD-A76E.

CONTINUAÇÃO ➡

**CINESYSTEM S.A.** - CNPJ nº 07.437.016/0001-05

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021** (Em milhares de reais)

**16 Imobilizado: (a) Composição do saldo**

| Rubrica | Taxa de depreciação % | Custo corrigido | Depreciação acumulada | Consolidado 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Móveis e utensílios | 10% | 20.421 | (12.848) | 7.573 | 8.612 |
| Máquinas e equipamentos | 19% | 48.348 | (33.316) | 15.032 | 17.161 |
| Equipamentos de informática | 20% | 5.948 | (5.466) | 482 | 614 |
| Benfeitorias imóvel de terceiros | 7% | 113.674 | (64.010) | 49.664 | 57.400 |
| Outros | 4% | - | - | - | 28 |
| (-) Redução ao valor recuperável(i) | | (229) | - | (229) | (1.905) |
| | | 188.162 | (115.640) | 72.522 | 81.910 |

| Rubrica | Taxa de depreciação % | Custo corrigido | Depreciação acumulada | Controladora 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Móveis e utensílios | 10% | 164 | (117) | 47 | 52 |
| Máquinas e equipamentos | 19% | 122 | (86) | 36 | 40 |
| Equipamentos de informática | 20% | 364 | (310) | 54 | 88 |
| Benfeitorias em imóvel de terceiros | 7% | 641 | (291) | 350 | 374 |
| | | 1.291 | (804) | 487 | 554 |

**(b) Movimentação do custo e depreciação**

Consolidado

| | 31.12.2021 | Transf. | Adições | Alienação e baixas | Red. valor recuperável | Depreciação | 31.12.2022 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Móveis e utensílios | 8.612 | (19) | 284 | (9) | - | (1.295) | 7.573 |
| Máquinas e equipamentos | 17.161 | 31 | 2.371 | (389) | - | (4.142) | 15.032 |
| Equipamentos de informática | 614 | - | 201 | (25) | - | (308) | 482 |
| Benfeitorias em imóvel de terceiros | 57.400 | (12) | 368 | - | - | (8.092) | 49.664 |
| Outros | 28 | - | - | (28) | - | - | - |
| (-) Redução ao valor recuperável | (1.905) | - | - | - | 1.676 | - | (229) |
| | 81.910 | - | 3.224 | (451) | - | (13.837) | 72.522 |

Consolidado

| | 31.12.2020 | Transf. | Adições | Alienação e baixas | Red. valor recuperável | Depreciação | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Móveis e utensílios | 9.861 | 9 | 131 | (50) | - | (1.339) | 8.612 |
| Máquinas e equipamentos | 21.931 | - | 188 | (2) | - | (4.956) | 17.161 |
| Equipamentos de informática | 1.031 | - | 71 | (8) | - | (480) | 614 |
| Benfeitorias em imóvel de terceiros | 65.304 | (9) | 383 | (19) | - | (8.259) | 57.400 |
| Outros | 28 | - | - | - | - | - | 28 |
| (-) Redução ao valor recuperável | (1.905) | - | - | - | - | - | (1.905) |
| | 96.250 | - | 773 | (79) | - | (15.034) | 81.910 |

Controladora

| | 31.12.2021 | Adições | Alienação e baixas | Depreciação | 31.12.2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| Móveis e utensílios | 52 | 11 | (4) | (12) | 47 |
| Máquinas e equipamentos | 40 | 3 | - | (7) | 36 |
| Equipamentos de informática | 88 | 10 | - | (44) | 54 |
| Benfeitorias imóvel de terceiros | 374 | 22 | - | (46) | 350 |
| | 554 | 46 | (4) | (109) | 487 |

Controladora

| | 31.12.2020 | Adições | Alienação e baixas | Depreciação | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Móveis e utensílios | 83 | - | (12) | (19) | 52 |
| Máquinas e equipamentos | 54 | - | (2) | (12) | 40 |
| Equipamentos de informática | 131 | 4 | | (47) | 88 |
| Benfeitorias imóvel de terceiros | 380 | 58 | (20) | (44) | 374 |
| | 648 | 62 | (34) | (122) | 554 |

**Garantias:** Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias relacionadas aos empréstimos bancários no valor total de R$ 6.410 (Alienação e Cessão Fiduciária, Penhor), conforme detalhado na Nota explicativa nº 20. **Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment):** O Grupo anualmente avalia possíveis indícios de problemas com a recuperabilidade dos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Em 31 de dezembro de 2022, devido aos impactos trazidos pela pandemia da COVID 19, o Grupo constituiu provisão (impairment) para refletir os valores de realização efetivos dos bens integrantes do imobilizado naquela data, no montante de R$ 230. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração realizou novo teste de impairment, estimando os valores recuperáveis de suas UGCs (cinemas) baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs. As informações sobre premissas utilizadas no cálculo são as mesmas divulgadas na Nota 17. Na avaliação da Administração, embora haja sinais de recuperação e mudança do cenário, principalmente pela reabertura das salas de cinema e bom desempenho de filmes, o que está em linha com as previsões anteriores, o cenário ainda carrega um certo grau de incertezas. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, os impactos trazidos pela pandemia da COVID 19, principalmente nos próximos dois anos, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da entidade. **Custos e despesas com depreciação no exercício:** O montante de R$ 13.837 (R$ 15.034 em 31.12.2021) refere-se à depreciação de imobilizados reconhecida no resultado do exercício apresentados como despesas de depreciação, conforme Nota explicativa nº 27. **Revisão e ajuste da vida útil estimada:** O Grupo periodicamente revisa a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado. Durante a última revisão não foram identificadas mudanças na política de vida útil adotada.

**17 Intangível: (a) Composição do saldo:**

| Rubrica | Taxa de depreciação % | Custo corrigido | Amortização acumulada | Consolidado 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Direitos autorais | 4% | 75 | (21) | 54 | 58 |
| Sistemas de computadores | 5% | 2.064 | (1.843) | 221 | 435 |
| Direito de uso comercial | 7% | 1.532 | (1.195) | 337 | 421 |
| Ágio combinação de negócios (i) | - | 7.637 | - | 7.637 | 7.637 |
| Direitos readquiridos (ii) | 100% | 1.936 | (1.936) | | - |
| Contratos de aluguel (ii) | 70% | 4.244 | (2.953) | 1.291 | 1.938 |
| | | 17.488 | (7.948) | 9.540 | 10.489 |

| Rubrica | Taxa de depreciação % | Custo corrigido | Amortização acumulada | Controladora 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Direitos autorais | 4% | 75 | (21) | 54 | 58 |
| Sistemas de computadores | 5% | 689 | (582) | 107 | 44 |
| | | 764 | (603) | 161 | 102 |

**(b) Movimentação do custo e amortização**

Consolidado

| | 31.12.2021 | Adições | Amortização | 31.12.2022 |
|---|---|---|---|---|
| Direitos autorais | 58 | - | (4) | 54 |
| Sistemas de computadores | 435 | 278 | (492) | 221 |
| Direito de uso comercial | 421 | - | (84) | 337 |
| Ágio combinação de negócios (i) | 7.637 | - | - | 7.637 |
| Contratos de aluguel (ii) | 1.938 | - | (647) | 1.291 |
| | 10.489 | 278 | (1.227) | 9.540 |

Consolidado

| | 31.12.2020 | Adições | Amortização | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|
| Direitos autorais | 59 | 3 | (4) | 58 |
| Sistemas de computadores | 345 | 292 | (202) | 435 |
| Direito de uso comercial | 506 | - | (85) | 421 |
| Ágio combinação de negócios (i) | 7.637 | - | - | 7.637 |
| Contratos de aluguel (ii) | 2.595 | - | (657) | 1.938 |
| | 11.142 | 295 | (948) | 10.489 |

**(i)** Refere-se ao ágio decorrente da combinação de negócios com as empresas Redecine Rio Cinematográfica S.A. e Bombocine Rio Comércio de Alimentos S.A. de R$ 5.535, acrescido 34% de impostos diferidos incidentes sobre intangíveis de direitos readquiridos e contratos de aluguéis de R$ 2.102, totalizando R$ 7.637. O referido ágio baseia-se na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e economias de escala que se esperava obter por meio das combinações das operações, que não podem ser reconhecidas separadamente como um ativo intangível. Em 31 de dezembro de 2022, foi efetuada análise de impairment e não foi identificado perda. **(ii)** Refere-se, substancialmente, aos ativos intangíveis identificados na combinação de negócios decorrente da aquisição das empresas Redecine Rio Cinematográfica S.A. e Bombocine Rio Comércio de Alimentos S.A. Os direitos readquiridos estão sendo amortizados pelo prazo de 2 anos e os contratos de aluguel o prazo médio de 2,5 anos a 7,5 anos.

Controladora

| | 31.12.2021 | Adições | Amortização | 31.12.2022 |
|---|---|---|---|---|
| Direitos autorais | 59 | - | (5) | 54 |
| Sistemas de computadores | 44 | 128 | (65) | 107 |
| | 103 | 128 | (70) | 161 |

Controladora

| | 31.12.2020 | Adições | Amortização | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|
| Direitos autorais | 59 | 3 | (4) | 58 |
| Sistemas de computadores | 96 | 27 | (79) | 44 |
| | 155 | 30 | (83) | 102 |

**Teste de redução ao valor recuperável: Ágio de expectativa de realidade futura:** Em 31 de dezembro de 2022, devido aos impactos trazidos pela pandemia da COVID 19, o Grupo realizou o teste de recuperabilidade do ágio, sem que houvesse a necessidade de reconhecimento de perdas. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado integralmente para as UGCs do Grupo Rio, uma vez que tal ágio teve origem na combinação de negócios realizada em agosto de 2018 com o referido Grupo. O valor recuperável destas UGCs foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo das UGCs. As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade. A taxa de desconto foi estimada com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital em que cada UGC opera. As projeções levaram em consideração as experiências passadas, os impactos trazidos pela pandemia da COVID 19, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da entidade. O valor recuperável estimado para as UGCs foi superior ao seu valor contábil e, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis foi contabilizada. As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

| **Em percentual:** | **31.12.2022** |
|---|---|
| Taxa de desconto ao ano | 19,06% |
| Taxa de crescimento perpetuidade ao ano | 3,5% |
| Taxa de crescimento estimado para o LAJIDA (média próximos cinco anos) | 7,7% |

A taxa de desconto foi estimada após impostos, com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 19,06% ao ano. As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas para o ano de 2023 com ligeiro aumento de público versus 2022, e assim gradativamente até 2026, chegando a patamares antecessores à pandemia em 2026, acrescentando a inflação no ticket médio. Foi mantida a previsão de crescimento na perpetuidade. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA), a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria. O LAJIDA projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores: **Receitas: Para 2023, 2024 e 2025 em patamares de público mais baixos que os normais do setor, de 2026 voltando a normalidade, considerando crescimento médio 3,5% do ticket médio, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor de exibição no momento da projeção, sem considerar nenhum incremento de novas salas; Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs e buscando sinergia das despesas nos itens possíveis; e Taxa de desconto: 19,06% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC);** O valor recuperável estimado somados de todas as UGC's foi superior ao seu valor contábil, calculado individualmente, sendo que o valor recuperável agrupado totalizou R$ 33.331. A taxa de desconto é uma taxa após os impostos, baseada nos títulos públicos de 10 anos emitidos no mercado relevante e na mesma moeda que os fluxos de caixa projetados, ajustada por um prêmio de risco que reflete os riscos adicionais de investimentos em ações e o risco sistemático específicos da UGC. Cinco anos de fluxos de caixa foram incluídos no modelo de fluxo de caixa descontado. Uma taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada pelo menor entre o produto interno bruto (PIB) nominal dos países onde as UGCs operam e a taxa composta anual de longo prazo de crescimento do LAJIDA projetada pela Administração. **Custos e despesas com amortização no exercício:** O montante de R$ 1.227 (R$ 948 em 31.12.2021) refere-se à amortização de intangíveis reconhecida no resultado do exercício, apresentados como despesas de depreciação e amortização, conforme Nota explicativa nº 27.

**18. Direitos de uso de ativo: (a) Composição do saldo:**

| Rubrica | Taxa de amort. % | Custo corrigido | Amortização acumulada | Consolidado 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Direito de uso de imóveis (i) | 5% a 20% | 114.319 | (46.438) | 67.881 | 51.001 |
| Direito de uso de projetores (ii) | 33% | 3.560 | (3.463) | 97 | - |
| Direito de uso de arrendamentos financeiros (iii) | 10% | 4.070 | (2.231) | 1.839 | 2.280 |
| | | 121.949 | (52.132) | 69.817 | 53.281 |

| Rubrica | Taxa de amort. % | Custo corrigido | Amortização acumulada | Controladora 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Direito de uso de imóveis (i) | 25% | 453 | (231) | 222 | 268 |
| | | 453 | (231) | 222 | 268 |

**(b) Movimentação do custo e amortização**

Consolidado

| | 31.12.2021 | Novos Contratos | Reajustes e prorrogações | Amortização | 31.12.2022 |
|---|---|---|---|---|---|
| Direito de uso de imóveis (i) | 51.001 | - | 31.524 | (14.644) | 67.881 |
| Direito de uso de projetores (ii) | - | 97 | - | - | 97 |
| Direito de uso de arrendamentos financeiros (iii) | 2.280 | - | - | (441) | 1.839 |
| | 53.281 | 97 | 31.524 | (15.085) | 69.817 |

Consolidado

| | 31.12.2020 | Novos Contratos | Reajustes e prorrogações | Amortização | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| Direito de uso de imóveis (i) | 46.015 | - | 17.891 | (12.905) | 51.001 |
| Direito de uso de projetores (ii) | 1.155 | - | - | (1.155) | |
| Direito de uso de arrendamentos financeiros (iii) | 2.832 | - | - | (552) | 2.280 |
| | 50.002 | - | 17.891 | (14.612) | 53.281 |

**(i)** Direitos de uso de imóveis referem-se a contratos de locação das salas de cinemas e escritório administrativo, avaliados conforme previsto do CPC 06/IFRS16 que entrou em vigor a partir do dia 01.01.2019. **(ii)** Direitos de uso de projetores referem-se a contratos de locação de projetores de exibição cinematográfica, adquiridos no processo de digitalização Virtual Print Fee, avaliados conforme previsto do CPC 06/IFRS16 que entrou em vigor a partir do dia 01.01.2019. **(iii)** Refere-se ao direito de uso de projetores e caixas de som, que com a entrada em vigor do CPC06/IFRS16 foram transferidos do grupo de ativos imobilizados, para ativos de direito de uso, tais valores referem-se a projetores e equipamentos de som.

Controlada

| | 31.12.2021 | Reajuste | Amortização | 31.12.2022 |
|---|---|---|---|---|
| Direito de uso de imóveis (i) | 268 | 60 | (106) | 222 |
| | 268 | 60 | (106) | 222 |

Controlada

| | 31.12.2020 | Novos Contratos | Amortização | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|
| Direito de uso de imóveis (i) | 355 | - | (87) | 268 |
| | 355 | - | (87) | 268 |

As movimentações dos direitos de uso estão demonstradas a seguir:

| | Consolidado |
|---|---|
| **Saldo em 01 de janeiro de 2021** | **50.002** |
| (+) Reajustes e prorrogações de contratos | 17.891 |
| (+) Novos contratos de direito de uso de imóveis | - |
| (-) Amortização de direito de uso | (14.612) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **53.281** |
| (+) Reajustes e prorrogações de contratos | 31.524 |
| (+) Novos contratos de direito de uso de projetores | 97 |
| (-) Amortização de direito de uso | (15.085) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | **69.817** |

**Custos e despesas com amortização no exercício**
O montante de R$ 15.085 (R$ 14.612 em 31.12.2021) refere-se à amortização de direitos de uso reconhecida no resultado do exercício, na linha de custos com depreciação, conforme Nota explicativa nº 27.

**19. Fornecedores e outras contas a pagar**

| | Nota | Consolidado 31.12.2022 | 31.12.2021 | Controladora 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Fornecedores e outras contas a pagar** | | | | | |
| Fornecedores mercado interno | | 2.449 | 7.189 | 149 | 128 |
| Partes Relacionadas | 30 | 768 | 766 | 407 | 398 |
| Aluguéis | | 2.622 | 9.820 | 14 | 12 |
| Energia elétrica | | 90 | 112 | 2 | 4 |
| Prov. distrib., veic. telas e desp.(i) | | 4.855 | 8.148 | 194 | 1.866 |
| ECAD (*Escritório Central de Arrecadação e Distribuição*) | | 100 | 215 | - | - |
| Outros valores a pagar | | 528 | 31 | 468 | 3 |
| | | 11.412 | 26.281 | 1.234 | 2.411 |
| Não circulante | | - | - | - | - |
| Circulante | | 11.412 | 26.281 | 1.234 | 2.411 |
| | | 11.412 | 26.281 | 1.234 | 2.411 |

**(i)** O saldo apresentado contempla todas as provisões de despesas e custos realizadas pelo Grupo, como valores mais relevantes temos: provisões de repasses à distribuidora de filmes - baseado na venda de ingressos, R$ 3.363; energia elétrica, R$ 517; IPTU, R$ 337; Demais despesas, R$ 638.

**(a) Composição por vencimento do contas a pagar**

| | Consolidado 31.12.2022 | 31.12.2021 | Controladora 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|
| ***Aging contas a pagar*** | | | | |
| Vencidos | 2.673 | 5.293 | 397 | 413 |
| A vencer 06 meses | 8.166 | 19.435 | 363 | 1.998 |
| A vencer 07 meses a 12 meses | 38 | 1.484 | - | - |
| A vencer acima de 12 meses | 535 | 69 | 474 | - |
| | 11.412 | 26.281 | 1.234 | 2.411 |
| Não circulante | - | - | - | - |
| Circulante | 11.412 | 26.281 | 1.234 | 2.411 |
| | 11.412 | 26.281 | 1.234 | 2.411 |

(ii) Os valores apresentados como vencidos, tem como valores mais relevantes: a) Ação de Despejo Shopping Curitiba, objeto de depósito recursal, R$ 1.469; b) Ação questionando cobrança de demanda contratada de energia no período da pandemia, R$ 213; c) Valores junto a shopping, objeto de negociações de descontos pelos impactos da pandemia, R$ 146; d) Outros valores, R$ 845.

**20 Empréstimos e financiamentos**
Os montantes devidos, termos e prazos para cada modalidade de empréstimos são apresentados abaixo:

| Modalidade | Taxas | Garantias | Consolidado 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|
| **Outros empréstimos** | | | | |
| Capital de giro | 0,46% a 0,8540 a.m. + CDI | Recebíveis | 2.637 | 3.998 |
| Capital de giro | 0,31% a 1,2 a.m. | Recebíveis | 9.484 | 12.757 |
| Recursos BNDES - FAT | 1% a.a. + TLP | Recebíveis + alienação de máquinas | 7.768 | 6.785 |
| BNDES Procult | 2,78% a.a. | Recebíveis + alienação de máquinas | 4.589 | 3.861 |
| BNDES Recursos Próprios Indexador IPCA | 9% a.a. | Recebíveis + alienação de máquinas | 2.201 | 1.912 |
| Saldo devedor em conta corrente | 8% a.m. | | - | - |
| Resultado Operacional Ajustado | sem juros | Aval dos acionistas (i) + recebíveis | 371 | 371 |
| | | | 27.050 | 29.684 |
| **Fundo setorial audiovisual (FSA)** | | | | |
| Fundo setorial audiovisual Financiamento | 0% a 1,0% a.a. | Recebíveis + alienação de máquinas | 20.261 | 19.951 |
| ( - ) Ajuste a valor presente | | | (1.406) | (1.726) |
| **Valor presente do FSA Financiamento (a)** | | | 18.855 | 18.225 |
| Fundo setorial audiovisual - Emergencial | 0% a 1,0% a.a. | Sem garantias | 43.227 | 35.139 |
| ( - ) Ajuste a valor presente | | | (5.761) | (5.606) |
| **Valor presente do FSA Financiamento (b)** | | | 37.466 | 29.533 |
| Fundo setorial audiovisual - Investimento | | Recebíveis + alienação de máquinas | 47.688 | 47.688 |
| ( - ) Ajuste a valor justo | | | (39.664) | (40.233) |
| **Valor justo do FSA - Investimento (c)** | | | 8.024 | 7.455 |
| | | | 91.395 | 84.897 |
| Não circulante | | | 74.813 | 71.642 |
| Circulante | | | 16.582 | 13.255 |
| | | | 91.395 | 84.897 |

**(i)** Acionistas: O aval aos empréstimos e financiamentos do Grupo são concedidos pelo Sr. Marcos Rocha Magalhães Barros, fundador e responsável legal pela pessoa jurídica Agroup Participações S.A., acionista da Cinesystem S.A.

| Modalidade | Taxas | Garantias | Controladora 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|
| **Outros empréstimos** | | | | |
| Capital de giro | 0,94% a 1,2 a.m. | Recebíveis | 3.354 | 5.537 |
| Capital de giro | 0,46% a 0,8540 a.m. + CDI | Recebíveis | 2.637 | 4.140 |
| | | | 5.991 | 9.677 |
| Não circulante | | | 2.109 | 4.928 |
| Circulante | | | 3.882 | 3.937 |
| | | | 5.991 | 8.865 |

As movimentações realizadas no exercício são apresentadas abaixo:

| | Consolidado | Controladora |
|---|---|---|
| **Saldo em 01 de janeiro de 2021** | 64.142 | 9.677 |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 440 | 233 |
| Captação com subvenção governamental | 18.000 | - |
| (-) Ajuste a valor justo de captações com subvenção governamental | (1.394) | - |
| Provisão de juros | 4.308 | 886 |
| Pagamentos principal | (2.192) | (1.045) |
| Pagamentos juros | (1.706) | (886) |
| Transferência para subvenção | - | - |
| Ajuste a valor presente | 2.611 | - |
| Ajuste a valor justo | 688 | - |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | 84.897 | 8.865 |
| Captação de empréstimos e financiamentos | - | - |
| Captação com subvenção governamental | 6.000 | - |
| (-) Ajuste a valor justo de captações com subvenção governamental | (1.701) | - |
| Provisão de juros | 6.214 | 947 |
| Pagamentos principal | (4.636) | (2.874) |
| Pagamentos juros | (2.370) | (947) |
| Transferência para subvenção | - | - |
| Ajuste a valor presente | 2.422 | - |
| Ajuste a valor justo | 569 | - |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | 91.395 | 5.991 |

Cronograma de vencimentos de empréstimos e financiamentos não circulantes:

| Ano | Consolidado 31.12.2022 | 31.12.2021 | Controladora 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|
| 2022 | - | - | - | - |
| 2023 | 15.589 | 19.428 | 1.642 | 2.819 |
| 2024 | 16.283 | 17.627 | 467 | 1.643 |
| 2025 | 12.637 | 12.431 | - | 466 |
| 2026 a 2031 | 30.304 | 22.156 | - | - |
| Total | 74.813 | 71.642 | 2.109 | 4.928 |

**Compromissos ("covenants")** Nos contratos celebrados junto ao BNDES, o Grupo dentre as obrigações existentes, as com maior relevância, estão descritas abaixo e são cumpridas integralmente pelo Grupo: **• Não contratar, durante a vigência dos contratos, sem prévia anuência do BNDES, qualquer endividamento oneroso; • Compor as "Contas Reservas do Serviço da Dívida do BNDES" com respectivos saldos mínimos, apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas na conta denominada títulos e valores mobiliários não circulantes, conforme Nota Explicativa nº 10; e • Não distribuir dividendos superiores ao equivalente a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício social anterior. Ajuste a valor presente e valor justo: (a)** Os recursos recebidos pelo Grupo na modalidade de Fundo Setorial Audiovisual Financiamento, com taxa de juros zero e 1% a.a., estão apresentados nesta nota a valor presente, sendo que para determinação do valor presente foi utilizada inicialmente a taxa de juros de 11,36% a.a. A diferença entre o valor contratual e o valor presente dos empréstimos e financiamentos está sendo tratado como subvenções governamentais, conforme Nota explicativa nº 21. **(b)** Os recursos recebidos na modalidade Fundo Setorial Audiovisual Investimento possuem características diferenciadas em relação aos demais empréstimos, a amortização somente ocorrerá se o retorno do complexo (ROA - Resultado Operacional Ajustado) for positivo, sendo o cálculo anual, com prazo de investimento de 15 anos, exercício da assinatura do contrato e o vencimento da última parcela. Tal valor encontra-se apresentado pelo valor justo, mensurando a expectativa de rentabilidade futura de cada complexo, atendendo ao exposto no CPC 48. A diferença entre o valor contratual e o valor justo dos empréstimos e financiamentos está sendo tratado como subvenções governamentais, conforme Nota explicativa nº 21. **Garantias:** Os empréstimos bancários do Grupo estão garantidos por aval dos acionistas, por máquinas e equipamentos no valor contábil de R$ 6.410, conforme Nota explicativa nº 16, títulos e valores mobiliários no montante de R$ 5.147 (5.051 em 31.12.2021), conforme Nota explicativa nº 10. **21. Subvenções governamentais (Consolidado)**: De acordo com as características dos empréstimos e financiamentos na modalidade de Fundo Setorial Audiovisual Financiamento e Investimento, o Grupo aplica o CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, onde benefícios econômicos oriundos de empréstimos governamentais, com taxas de juros abaixo da praticada pelo mercado devem ser tratados como subvenções governamentais. A diferença entre o valor justo e presente, versus o montante recebido, deve ser tratada como receita diferida e amortizada linearmente pelo prazo do contrato.

| | Consolidado 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|
| Vinculadas ao Fundo Setorial Audiovisual - Financiamento | 2.817 | 4.659 |
| Vinculadas ao Fundo Setorial Audiovisual - Emergencial | 3.834 | 4.545 |
| Vinculadas ao Fundo Setorial Audiovisual - Investimento | 18.989 | 20.003 |
| | 25.640 | 29.207 |
| Não circulante | 21.527 | 23.962 |
| Circulante | 4.113 | 5.245 |
| | 25.640 | 29.207 |

As movimentações das subvenções governamentais estão demonstradas a seguir:

| | |
|---|---|
| **Saldo em 01 de janeiro de 2021** | **33.071** |
| Novas liberações | 1.394 |
| Apropriação ao resultado | (5.258) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **29.207** |
| Novas liberações | 1.701 |
| Apropriação ao resultado | (5.268) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | **25.640** |

**22. Passivos de arrendamentos:** O Grupo arrenda espaços junto a shoppings para instalação de salas de exibição cinematográfica e comercialização de produtos de bomboniere. Os contratos de arrendamento são de cinco, dez e quinze anos, e a maioria é renovável no término do exercício de locação à taxa de mercado. De acordo com o CPC06/IFRS16, pelas características dos referidos contratos, a partir de 01.01.2019, os compromissos de arrendamento passam a ser apresentados no passivo, não mais compondo as despesas ou custos com arrendamento, conforme demonstrado a seguir:

| | Consolidado 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|
| Passivos de arrendamentos imóveis | 79.440 | 65.934 |
| Passivos de arrendamentos projetores de cinemas | 3.057 | 3.522 |
| | 82.497 | 69.456 |
| Não circulante | 63.424 | 46.319 |
| Circulante | 19.073 | 23.137 |
| | 82.497 | 69.456 |

| | Controladora 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|
| Passivos de arrendamentos imóveis (i) | 245 | 284 |
| | 245 | 284 |
| Não circulante | 134 | 202 |
| Circulante | 111 | 82 |
| | 245 | 284 |

As movimentações dos passivos de arrendamento estão demonstradas a seguir:

| Consolidado | |
|---|---|
| **Saldo em 01 de janeiro de 2021** | **62.262** |
| **Passivos de arrendamentos imóveis de cinema em 01 de janeiro de 2021** | **58.242** |
| Reajustes e prorrogações de contratos de imóveis de cinemas | 26.841 |
| (-) Ajuste a valor presente reajustes e prorrogações de contratos | (8.950) |
| (-) Abatimentos em contratos de arrendamento de imóveis (iii) | (14.880) |
| (-) Pagamentos de arrendamentos de imóveis de cinemas (i) | (2.354) |
| Resultado negativo do valor presente de imóveis de cinema | 7.035 |
| **Passivos de arrendamentos imóveis de cinema em 31 de dezembro de 2021** | **65.934** |
| **Passivos de arrendamentos projetores de cinemas em 01 de janeiro de 2021** | **4.020** |
| (-) Pagamentos de arrendamentos de projetores de cinemas (ii) | (574) |
| Resultado negativo do valor presente de projetores de cinemas | 76 |
| **Passivos de arrendamentos projetores de cinemas em 1 de dezembro de 2021** | **3.522** |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **69.456** |
| **Passivos de arrendamentos imóveis de cinema em 01 de janeiro de 2022** | **65.934** |
| Reajustes e prorrogações de contratos de imóveis | 57.206 |
| (-) Ajuste a valor presente reajustes e prorrogações de contratos | (25.682) |
| (-) Abatimentos em contratos de arrendamento de imóveis (iii) | (14.027) |
| (-) Pagamentos de arrendamentos de imóveis de cinemas (i) | (12.544) |
| Resultado negativo do valor presente de imóveis | 8.553 |
| **Passivos de arrendamentos imóveis de cinema em 31 de dezembro de 2022** | **79.440** |
| **Passivos de arrendamentos projetores de cinemas em 01 de janeiro de 2022** | **3.522** |
| Novos contratos | 97 |
| (-) Pagamentos de arrendamentos de projetores de cinemas (ii) | (562) |
| Resultado negativo do valor presente de projetores de cinemas | - |
| **Passivos de arrendamentos projetores de cinemas em 31 de dezembro de 2022** | **3.057** |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | **82.497** |

**(i)** Referem-se aos aluguéis mínimos pagos nos cinemas e no escritório administrativo do Grupo. **(ii)** Referem-se aos aluguéis pagos de projetores de exibição nos cinemas do Grupo e de equipamentos de sonorização. **(iii)** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve assinatura de acordos que contemplam descontos em aluguéis mínimos para os cinemas do Grupo. A redução foi concedida levando em consideração o impacto trazido pela pandemia da COVID 19 no setor de exibição.

| | |
|---|---|
| **Saldo em 01 de janeiro de 2021** | **358** |
| Resultado negativo do valor presente de imóveis de administrativos | 33 |
| (-) Pagamentos de arrendamentos de imóveis | (107) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | **284** |
| Reajustes e prorrogações de contratos de imóveis | 70 |
| (-) Ajuste a valor presente reajustes e prorrogações de contratos | (10) |
| Resultado negativo do valor presente de imóveis de administrativos | 31 |
| (-) Pagamentos de arrendamentos de imóveis | (130) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | **245** |

**23. Obrigações sociais**

| | Consolidado 31.12.2022 | 31.12.2021 | Controladora 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|
| Salários a pagar | 996 | 912 | 113 | 247 |
| Pensão alimentícia a pagar | 3 | 4 | 3 | 3 |
| INSS a recolher | 443 | 1.422 | 43 | 545 |
| FGTS a recolher | 131 | 126 | - | 27 |
| Provisão de férias e encargos | 1.845 | 1.602 | - | 378 |
| Outras obrigações com empregados | 229 | 186 | 78 | 133 |
| | 3.647 | 4.252 | 237 | 1.333 |

**24. Provisão para contingências:** O Grupo é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas e tributárias, em andamento, e quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis, bem como as de risco de perda possível decorrentes desses processos, são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos, apresentando os seguintes passivos:

| | Consolidado 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|
| Trabalhista | 97 | 67 |
| Tributário | 1.219 | 1.086 |
| Cível e Administrativo | 97 | 71 |
| **Total provável** | 1.413 | 1.224 |

| | Controladora 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|
| Tributário | 1.219 | 1.086 |
| **Total provável** | 1.219 | 1.086 |

A movimentação das provisões de perda provável está demonstrada a seguir:

| | Consolidado |
|---|---|
| **Saldo em 01 de janeiro de 2021** | 1.214 |
| Adições | 63 |
| Baixas | (98) |
| Atualização monetária | 45 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | 1.224 |
| Adições | 82 |
| Baixas | (26) |
| Atualização monetária | 133 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | 1.413 |

| | Controladora |
|---|---|
| **Saldo em 01 de janeiro de 2021** | 1.041 |
| Atualização monetária | 45 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2021** | 1.086 |
| Atualização monetária | 133 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022** | 1.219 |

O Grupo tem ações de naturezas trabalhista, tributário, civil e administrativo, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

| | Consolidado 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|
| Trabalhista | 479 | 263 |
| Tributário | 355 | 355 |
| Cível e Administrativo | 28 | 65 |
| **Total possível** | 862 | 683 |

**25. Capital social e reservas: (a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022, o capital social do Grupo permanece inalterado em relação a posição de 31 de dezembro de 2021, conforme detalhado abaixo:

| Acionista | Nº ações | 31.12.2022 Valor ações totais | % Cap. Soc. |
|---|---|---|---|
| AGROUP Participações S.A. | 13.651.156 | 13.597 | 44,08% |
| Stratus SCP Brasil Fundo de Investimento em Participações | 10.201.205 | 29.290 | 32,94% |
| Hamilton Lane Fundo de Investimento em Participações | 2.266.933 | 6.510 | 7,32% |
| Homero Frederico Icaza Figner | 1.133.467 | 3.254 | 3,66% |
| Luiz Cláudio Zavarize Fernandes | 1.858.151 | 2.499 | 6,00% |
| Carlos Emilio Cavaliere Sartório | 1.858.151 | 2.499 | 6,00% |
| | 30.969.063 | 57.649 | 100% |

**(b) Reserva de incentivos de fiscais:** Constituída de acordo com o previsto no artigo art. 30 da Lei nº 12.973/2014, as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros. **(c) Ajuste avaliação patrimonial:** O valor líquido apresentado no patrimônio líquido da Companhia no montante de R$ (6.712) em 31 de dezembro de 2022 e R$ (6.520) em 31 de dezembro de 2021, é composto dos valores contabilizados a título de reorganização societária ocorrido em 2014 (R$ 6.712) e da reserva de realização e custo atribuído aos bens do ativo imobilizado, cujos detalhes são os seguintes: **i.** Em 2014, a Companhia realizou reorganização societária com a entrada de novo acionista e a compra de participação de não controladores em investidas detidas à época. No processo de compra destas participações, apurou-se uma diferença entre o valor pago e o valor contábil, cujo montante de R$ 6.712, foi registrado na conta de ajuste de avaliação patrimonial.

| | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|
| Redecine FLN Cinemat. Ltda. | (1.979) | (1.979) |
| Bombocine FLN Com de Alim. Ltda. | (12) | (12) |
| Redecine CRT Cinemat. Ltda. | (1.419) | (1.419) |
| Redecine CWB Cinemat. Ltda | (143) | (143) |
| Bombocine CRT Com. De Alimentos Ltda | (11) | (11) |
| Redecine Litoral Cinemat. Ltda | (2.293) | (2.293) |
| Redecine SLZ Cinematográfica Ltda | (855) | (855) |
| | (6.712) | (6.712) |

**(d) Dividendos:** O Acordo de Acionistas da Companhia prevê que, a partir do exercício de 2015, a Companhia poderá efetuar distribuição de lucros, sendo que 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido poderá ser destinado para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. O montante a distribuir deverá ser deliberado em Assembleia Geral, bem como deverá levar em consideração a legislação aplicável.

**26. Receita líquida de venda**

| | Consolidado 31.12.2022 | 31.12.2021 | Controladora 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|
| **Venda de produto e serviços** | | | | |
| Receita com venda de ingressos | 77.001 | 43.195 | - | - |
| Receita com veiculação de propaganda | 3.158 | 1.112 | 124 | 103 |
| Receita com aluguel de salas para eventos | 1.230 | 488 | - | - |
| Receita ingressos coorporativos e verbas filmes | 3.304 | 1.934 | 438 | 156 |
| Receita ingressos escolas, sessões fechadas | 2.629 | 996 | - | 53 |
| Vendas de mercadorias - Bomboniere | 41.169 | 20.194 | - | - |
| Outras receitas operacionais | 663 | 393 | 345 | 97 |
| | 129.154 | 68.312 | 907 | 409 |
| **Deduções sobre vendas** | | | | |
| ICMS | (1.311) | (509) | - | - |
| PIS | (340) | (979) | (15) | (7) |
| COFINS | (1.566) | (4.507) | (67) | (31) |
| ISS | (3.519) | (1.929) | (17) | (9) |
| Cancelamento de vendas | (10) | (325) | - | - |
| | (6.746) | (8.249) | (99) | (47) |
| | 122.408 | 60.063 | 808 | 362 |

**27. Despesas por natureza**

| | Consolidado 31.12.2022 | 31.12.2021 | Controladora 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|
| ***Custos com vendas*** | | | | |
| Custos com venda de mercadorias Bomboniere | 8.533 | 4.250 | - | - |
| Custo com exibição de filmes e veiculação de propagandas | 35.076 | 19.342 | (6) | 10 |
| Custos com pessoal | 12.324 | 8.068 | 3 | - |
| Custos com manutenção de salas | 2.372 | 1.333 | - | - |
| Custos de ocupação (i) | 9.565 | 10.443 | - | - |
| Custos com água e energia elétrica | 8.350 | 5.622 | - | - |
| Depreciações e amortizações (ii) | 29.866 | 30.301 | - | - |
| (-) Outros créditos | - | (1.799) | (12) | (10) |
| ***Despesas com vendas*** | | | | |
| Taxa de administração de cartões | 1.126 | 635 | - | - |
| Material suporte ao ponto de venda e promocional | 12 | 29 | 7 | 1 |
| Mídias | 1.958 | 1.656 | 141 | 105 |
| Assessorias de marketing | 468 | 407 | 465 | 404 |
| Outras despesas com vendas | 101 | 36 | 4 | 3 |
| ***Despesas gerais e administrativas*** | | | | |
| Despesas com pessoal | 15.952 | 12.127 | 4.104 | 5.729 |
| Despesas com manutenção | 1.395 | 718 | 19 | 10 |
| Despesas com ocupação | 82 | 48 | 82 | 48 |
| Despesas com assessorias | 3.182 | 2.323 | 1.292 | 1.086 |
| Despesas com viagens e estadias | 575 | 233 | 467 | 169 |
| Despesas com depreciação (ii) | 283 | 293 | 283 | 293 |
| Despesas com mat. de limpeza e escritório | 575 | 362 | 11 | 3 |
| Despesas tributárias | 589 | 378 | 238 | 179 |
| Outras despesas administrativas | 1.323 | 853 | 158 | 105 |
| (-) Rateio de despesas | - | - | (5.589) | (3.862) |
| | 133.650 | 97.658 | 1.667 | 4.273 |
| Custos com vendas | 106.086 | 77.560 | (15) | - |
| Despesas com vendas | 3.665 | 2.763 | 617 | 513 |
| Despesas gerais e administrativas | 23.956 | 17.335 | 1.065 | 3.760 |
| | 133.707 | 97.658 | 1.667 | 4.273 |

**(i)** Os valores pagos a título de aluguel mínimo de salas de cinema e escritório administrativo, a partir de 01.01.2019, conforme prevê o CPC06/IFRS16, não são mais apresentados na linha de custo de ocupação. Tais valores, passaram a tramitar diretamente pela conta do passivo, conforme demonstrado na nota explicativa 22, os valores ainda apresentados nesta linha referem-se aos demais custos de ocupação dos cinemas, tais como: aluguel percentual, condomínio, fundo de promoções, IPTU, entre outros. **(ii)** Valores consolidados de depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme nota explicativa 16 - Depreciação Imobilizado: R$ 13.837 (R$ 15.034 em 31.12.2021); nota explicativa 17 - Amortização Intangível: R$ 1.227 (R$ 948 em 31.12.2021); e nota explicativa 18 - Amortização de Direito de uso de ativo: R$ 15.085 (R$ 14.612 em 31.12.2021).

**28. Outras receitas e outras despesas: (a) Outras receitas**

| | Consolidado 31.12.2022 | 31.12.2021 | Controladora 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|
| Subvenções governamentais (i) | 5.268 | 5.258 | - | - |
| Desc. arrendamentos mercantis - COVID-19 (i) | 14.027 | 14.880 | - | - |
| Reversão redução valor recup. de ativos | 1.627 | 54 | - | - |
| Reembolso de seguros | 156 | - | - | - |
| Outras | 11 | 4 | 1 | - |
| | 21.089 | 20.196 | 1 | - |

**(i)** Apropriados de subvenção governamental, de acordo com os prazos contratuais de cada modalidade de dívida, conforme nota 21. **(ii)** Valores referentes a descontos concedidos em aluguéis mínimos frente aos impactos da pandemia da COVID 19. O efeito dos descontos foi reconhecido no resultado, pois não afetou os termos contratuais pelo período todo do contrato.

**(b) Outras despesas**

| | Consolidado 31.12.2022 | 31.12.2021 | Controladora 31.12.2022 | 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|
| Resultado na venda de ativo imobilizado (i) | - | - | (5) | (12) |
| Despesas asses. e est. viabilidade investimentos | (48) | - | - | - |
| | (48) | - | (5) | (12) |

CONTINUAÇÃO ➡

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Michio Lugoboni.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 79F3-3F55-C5FD-A76E.

CONTINUAÇÃO ➡

## CINESYSTEM S.A. - CNPJ nº 07.437.016/0001-05

**29. Resultado financeiro líquido**

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|---|---|---|---|
| | 31.12.2022 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | 31.12.2021 |
| Tarifas bancárias | (133) | (167) | (12) | (14) |
| Juros passivos | (4.741) | (6.483) | (1.033) | (1.391) |
| IOF | (7) | (7) | (5) | (5) |
| Multas por atraso no recolhimento impostos | (352) | (27) | (117) | - |
| Descontos concedidos | (1) | (7) | - | - |
| Resultado negativo valor presente empréstimos | (2.422) | (2.611) | - | - |
| Resultado negativo valor justo empréstimos | (4.913) | (1.735) | - | - |
| Resultado negativo valor presente direitos de uso (i) | (8.553) | (7.111) | (31) | (33) |
| Outras despesas financeiras | (61) | (84) | (1) | (2) |
| **Total das despesas financeiras** | **(21.183)** | **(18.232)** | **(1.199)** | **(1.445)** |
| Descontos recebidos | 9 | 20 | - | 4 |
| Rendimentos com aplicações financeiras | 1.526 | 529 | 1 | 3 |
| Juros ativos | 247 | 245 | 1 | 2 |
| Resultado positivo ajuste a valor justo | 4.344 | 1.047 | - | - |
| Outras receitas financeiras | 640 | - | - | - |
| **Total das receitas financeiras** | **6.766** | **1.841** | **2** | **9** |
| **Resultado financeiro líquido** | **(14.417)** | **(16.391)** | **(1.197)** | **(1.436)** |

**(i)** Refere-se a realização dos juros do passivo de arrendamento, devido adoção do IFRS 16, conforme nota explicativa 22.

**30. Partes relacionadas:** Abaixo demonstramos o resumo das transações com partes relacionadas:

| | Nota | Natureza da Operação | Consolidado 31.12.2022 | Consolidado 31.12.2021 | Controladora 31.12.2022 | Controladora 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativo** | | | | | | |
| **Conta corrente acionistas (a)** | | | | | | |
| Agroup Participação S.A. | | Financeiro [2] | 31 | 31 | 31 | 31 |
| Marcos Rocha Magalhães Barros | | Financeiro [2] | 527 | 527 | 527 | 527 |
| Liviomar Macatrão Pires Costa | | Financeiro [2] | 53 | 53 | 53 | 53 |
| **Total outros créditos** | 11 | | **611** | **611** | **611** | **611** |
| **Passivo** | | | | | | |
| Núcleo de Prest. Serv. Adm. Ltda | | Comercial [1] | 94 | 94 | 94 | 94 |
| Reembolsos de viagens diretores | | Comercial [1] | 1 | - | 1 | - |
| Eduardo A. Vaz Pinto de Souza (a) | | Financeiro [2] | 202 | 202 | 202 | 202 |
| Marcos Rocha Magalhães Barros (a) | | Financeiro [2] | 185 | 184 | 1 | - |
| Carlos Emilio Cavaliere Sartório (a) | | Financeiro [2] | 143 | 143 | 51 | 51 |
| Luiz Cláudio Zavarize Fernandes (a) | | Financeiro [2] | 143 | 143 | 51 | 51 |
| **Total fornecedores** | 19 | | **768** | **766** | **400** | **398** |
| **Operações com controladas** | | | | | | |
| Créditos controladas - intercompany | 11 | Financeiro [2] | - | - | 325 | 1.471 |
| Débitos controladas - intercompany | | Financeiro [2] | - | - | 7 | - |
| Débitos controladas - caixa único (b) | | Financeiro [2] | - | - | 17.384 | 11.521 |

| Conta Corrente Controladora Débitos (créditos) com partes relacionadas - caixa único (b) | Controladora 31.12.2022 | Controladora 31.12.2021 |
|---|---|---|
| **Empresa do Grupo** | | |
| Redecine BRA Cinematográfica S.A. | 22.016 | 15.444 |
| Redecine Rio Cinematográfica S.A. | (4.632) | (3.923) |
| | **17.384** | **11.521** |

| Resultado | | Consolidado 31.12.2022 | Consolidado 30.09.2021 | Controladora 31.12.2022 | Controladora 30.09.2021 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Locação de veículos** (c) | | | | | |
| Maestro Frotas | Comercial [1] | 1 | 6 | 1 | 6 |
| **Total em despesas por natureza** 27 | | **1** | **6** | **1** | **6** |

**(1) Comercial:** Transações comerciais, referentes ao curso normal do negócio das empresas envolvidas. **(2) Financeiro:** Operações de conta corrente e caixa único e valores a receber de acionistas. **(a)** Os montantes referem-se a valores a receber dos acionistas Marcos Rocha Magalhães Barros, Eduardo Augusto Vaz Pinto e Liviomar Macatrão Pires Costa, substancialmente compostos por saldos que foram pagos ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (R$ 1.497) referentes ao acordo firmado de ressarcimento, bem como o reembolso parcial de gastos (advogados e auditorias (due dilligence) na transação de captação de investidor (R$ 996), reembolso de juros e multas de atraso de impostos (R$ 167), outros reembolsos (R$ 55), que totalizam R$ 2.715. Dos montantes apresentados, os acionistas geraram créditos equivalentes à R$ 2.776, parte dos créditos foram abatidos das contas a receber citadas, e parte estão no contas a pagar com previsão de pagamento a longo prazo. Os créditos gerados relativos VPF Virtual Print Fee, que é um subsídio pago pelo estúdio/distribuidor aos exibidores pelo processo de digitalização de salas de cinema, conforme definido no acordo de acionistas, são utilizados para liquidação de tais contas a receber de acionistas, caso os créditos sejam superiores, ficarão pendentes como valores a pagar pela Companhia aos acionistas. **(b)** Em 1º. de setembro de 2022 a Cinesystem S.A. celebrou contrato de caixa único com suas controladas, que por ser a holding das empresas do Grupo, é a responsável pelo gerenciamento da tesouraria das demais empresas controladas, de forma a melhorar a capacidade de gestão de recursos financeiros disponíveis. O saldo apresentado na controladora e eliminado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referente a movimentação de caixa único entre empresas do Grupo, está distribuído da seguinte forma: **(c)** Os valores apresentados referem-se a serviços contratados de locação de veículos para diretoria, junto a Maestro Locadora de Veículos S.A., empresa investida pelo acionista SCP Brasil Fundo de Investimento em Participações, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante era de (R$ 1), no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R$ 6). As transações comerciais e financeiras entre essas entidades são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes com partes não relacionadas. Todas as transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **31. Remuneração global da Administração:** A Administração das empresas do Grupo Cinesystem, conforme estabelecido em seu Estatuto Social, é estruturada por um Conselho de Administração e uma Diretoria. A diretoria estatutária é composta por 08 (oito) cargos: • Presidência; • Diretoria Financeira; • Diretoria de Superintendência; • Diretoria de Controladoria; • Diretoria Relação com Investidores; • Diretoria de Expansão; Diretoria de Operações; e • Diretoria Comercial. Atualmente nem todos os cargos previstos estão preenchidos, estando vagos: Presidência; Diretoria de Superintendência; e Diretoria de Expansão. Os diretores e um dos membros do Conselho de Administração (Conselheiro Independente), são remunerados em bases correntes mensais, sendo que a Administração é realizada de forma centralizada, respondendo por todas as empresas do Grupo. Em 19 de abril de 2022, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Ordinária, a remuneração global anual da Administração no montante de R$ 4.500 para o ano de 2022. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo reconheceu, a título de remuneração global da Administração (pró-labore, plano de saúde, seguro e outros), o montante de R$ 2.319 (R$ 1.829 em 31.12.2021). **32 Prejuízo por ação: (a) Prejuízo básico e diluído por ação:** O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação foi baseado no lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias. Movimentação de ações no exercício

| | Controladora 31.12.2022 | Controladora 31.12.2021 |
|---|---|---|
| (Prejuízo) Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia | (6.966) | (27.950) |
| Média ponderada de número de Ações Ordinárias | **30.969** | **30.969** |
| **Resultado básico por ação** | **(0,22)** | **(0,90)** |
| (Prejuízo) Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia | (6.966) | (27.950) |
| Média ponderada de número de Ações Ordinárias | 30.969 | 30.969 |
| **Resultado diluído por ação** | **(0,22)** | **(0,90)** |

| Data | Descrição do evento | Ações emitidas | Ações em poder dos acionistas | Média Ponderada |
|---|---|---|---|---|
| **1º de Janeiro de 2018** | **Saldo início do exercício** | **19.417.644** | **19.417.644** | **19.417.644** |
| 08 de agosto de 2018 | Emissão ações na combinação de negócios | 7.432.604 | 26.850.248 | 3.096.918 |
| 10 de setembro de 2018 | Emissão ações em dinheiro | 4.118.815 | 30.969.063 | 1.372.938 |
| **31 de dezembro de 2022** | **Saldo final do exercício** | **30.969.063** | **30.969.063** | **23.887.501** |

**33. Informações por segmento**

Nos três principais segmentos de receitas que o Grupo opera, são as seguintes principais espécies de receitas:

(a) Bomboniere (pipocas, refrigerantes, doces);

(b) serviços de exibição cinematográfica;

(c) outras receitas, que incluem a veiculação de propagandas em tela e de aluguéis de salas para eventos. Os segmentos, apesar da direta dependência, são analisados de forma separada pela Administração, com base na receita líquida, descontados apenas dos custos diretos dos segmentos (custo com venda de mercadorias, custos com exibição de filmes e propaganda).

| | Bomboniere 31.12.2022 | Bomboniere 31.12.2021 | Ingressos 31.12.2022 | Ingressos 31.12.2021 | Outras Receitas 31.12.2022 | Outras Receitas 31.12.2021 | Total 31.12.2022 | Total 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Receita líquida do segmento reportável** | **39.469** | **18.619** | **72.600** | **37.452** | **10.339** | **3.992** | **122.408** | **60.063** |
| Custos diretos por segmento | (8.533) | (4.250) | (33.832) | (18.604) | (1.244) | (738) | (43.609) | (23.592) |
| **Custo do segmento reportável** | **(8.533)** | **(4.250)** | **(33.832)** | **(18.604)** | **(1.244)** | **(738)** | **(43.609)** | **(23.592)** |
| **Lucro bruto do segmento reportável** | **30.936** | **14.369** | **38.768** | **18.848** | **9.095** | **3.254** | **78.799** | **36.471** |
| Custos com pessoal | - | - | - | - | - | - | (12.324) | (8.068) |
| Custos com manutenção de salas | - | - | - | - | - | - | (2.372) | (1.333) |
| Custos de ocupação (i) | - | - | - | - | - | - | (9.565) | (10.443) |
| Custos com água e energia elétrica | - | - | - | - | - | - | (8.350) | (5.622) |
| Depreciações e amortizações (ii) | - | - | - | - | - | - | (29.866) | (30.301) |
| (-) Outros créditos | - | - | - | - | - | - | - | 1.799 |
| **Custos indiretos não mensuráveis por segmento** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **(62.477)** | **(53.968)** |
| **Lucro (prejuízo) bruto** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **16.322** | **(17.497)** |

**34. Instrumentos financeiros: (a) Fatores de risco financeiro:** Os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas do Grupo poderão ser prejudicados, entre outros, pelos seguintes fatores: **(a)** dependência da produção e da qualidade dos filmes exibidos; **(b)** resultados variam de exercício para exercício de acordo com a concentração de lançamentos de filmes; **(c)** interrupções, falhas e falta de aprimoramento de sistemas de vendas; **(d)** concorrência de outros operadores nos mercados onde atuamos; **(e)** propagação de canais de exibição de filmes; **(f)** competição proveniente de outros setores de entretenimento; **(g)** desempenho e atratividade do shopping center onde estamos localizados; **(h)** pirataria de filmes que exibimos; **(i)** crise no fornecimento de energia elétrica. O Grupo não possui uma política formalizada de gerenciamento de risco. No entanto, possui diretrizes internas que norteiam a gestão dos riscos identificados. O Grupo entende que os riscos indicados não são relevantes a ponto de exigir uma política formalizada, caso esse cenário seja alterado, o Grupo se adequará às novas circunstâncias. **(b) Risco de liquidez:** É um risco para o Grupo não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados.

| Consolidado | Menos de um ano | Entre um e dois anos | Entre dois e cinco anos | Acima de cinco anos | Total a Valor nominal | Total a Valor presente |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2022** | **56.386** | **45.786** | **36.788** | **103.846** | **242.806** | **185.304** |
| Empréstimos e financiamentos | 17.353 | 31.872 | 23.514 | 31.034 | 103.773 | 91.395 |
| Fornecedores | 11.412 | - | - | - | 11.412 | 11.412 |
| Passivos de arrendamentos | 27.621 | 13.914 | 13.274 | 72.812 | 127.621 | 82.497 |
| **Em 31 de dezembro de 2021** | **69.860** | **33.900** | **43.990** | **74.724** | **222.474** | **180.634** |
| Empréstimos e financiamentos | 13.702 | 19.428 | 32.058 | 33.565 | 98.753 | 84.897 |
| Fornecedores | 26.281 | - | - | - | 26.281 | 26.281 |
| Passivos de arrendamentos | 29.877 | 14.472 | 11.932 | 41.159 | 97.440 | 69.456 |

**(c) Análise de sensibilidade:** Os empréstimos e financiamentos do Grupo são afetados pela variação nas taxas de juros, tais como: TJLP, IPCA, Selic e CDI. Na análise são considerados três cenários, sendo o provável o adotado atualmente pelo Grupo, com os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço e outros dois cenários, o cenário I, considerando 10% de incremento nas taxas de juros e o cenário II, 20% de incremento.

| Consolidado 31.12.2022 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Operação** | **Indexador** | **Risco** | **Cenário provável** | **Cenário I** | **Cenário II** |
| Capital de giro | CDI | Aumento do CDI | (328) | (361) | (394) |
| Recursos BNDES - FAT | TLP | Aumento do TLP | (910) | (1.001) | (1.092) |
| | | | **(1.238)** | **(1.362)** | **(1.486)** |

| Controladora 31.12.2022 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Operação** | **Indexador** | **Risco** | **Cenário provável** | **Cenário I** | **Cenário II** |
| Capital de giro | CDI | Aumento do CDI | (328) | (361) | (393) |
| | | | **(328)** | **(361)** | **(393)** |

**(d) Gestão de capital (Consolidado):** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. O Grupo monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela dívida líquida, dividido pelo patrimônio líquido. A dívida líquida é calculada como o total do passivo (conforme apresentado no balanço patrimonial), menos caixa e equivalentes de caixa. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumarizados:

| | Consolidado 31.12.2022 | Consolidado 31.12.2021 |
|---|---|---|
| Total do passivo | 220.370 | 219.467 |
| Menos: caixa e equivalentes de caixa | (5.871) | (19.787) |
| Menos: Títulos e valores mobiliários | (5.147) | (5.051) |
| **Dívida líquida** | **209.353** | **194.629** |
| **Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)** | **(35.963)** | **(28.997)** |
| **Índice de alavancagem financeira (i)** | **(5,82)** | **(6,71)** |

(i) A alavancagem financeira do Grupo apresentou melhora versus 2021. **(e) Estimativas do valor justo (Consolidado):** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justo. A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1). • Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2). • Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3). A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2022:

| Consolidado 31.12.2022 | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Saldo Total |
|---|---|---|---|---|
| **Passivos** | | | | |
| **Passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado** | | | | |
| Fundo setorial audiovisual - Financiamento | - | 18.855 | - | **18.855** |
| Fundo setorial audiovisual - Emergencial | - | 37.466 | - | **37.466** |
| Fundo setorial audiovisual - Investimento | - | - | 8.024 | **8.024** |
| **Total do passivo** | - | **56.321** | **8.024** | **64.345** |

| Consolidado 31.12.2021 | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Saldo Total |
|---|---|---|---|---|
| **Passivos** | | | | |
| **Passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado** | | | | |
| Fundo setorial audiovisual - Financiamento | - | 18.225 | - | **18.225** |
| Fundo setorial audiovisual - Emergencial | - | 29.533 | - | **29.533** |
| Fundo setorial audiovisual - Investimento | - | - | 7.455 | **7.455** |
| **Total do passivo** | - | **47.758** | **7.455** | **55.213** |

O Grupo não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo nos níveis 1. Não houve transferência entre os Níveis durante o exercício. **Instrumentos financeiros - Nível 3 (Consolidado):** A tabela a seguir apresenta as mudanças nos instrumentos de Nível 3 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

| | Consolidado 31.12.2022 | Consolidado 31.12.2021 |
|---|---|---|
| **Saldo inicial** | **7.455** | **6.767** |
| Saldos combinação de negócios | - | - |
| Redução por ROA a pagar | - | - |
| Ganhos e perdas reconhecidos no resultado | 569 | 688 |
| **Saldo final** | **8.024** | **7.455** |
| **Total de ganhos (perdas) no exercício incluídos no resultado** | **(569)** | **(688)** |

| Ativos, conforme balanço patrimonial | Consolidado 31.12.2022 | Consolidado 31.12.2021 | Controladora 31.12.2022 | Controladora 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|
| *Custo amortizado* | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5.871 | 19.787 | 20 | 12 |
| Títulos e valores mobiliários | 5.147 | 5.051 | 70 | 70 |
| Contas a receber de clientes | 4.581 | 6.054 | 377 | 1.593 |
| Outros créditos | 3.531 | 1.666 | 892 | 708 |

| Passivos, conforme balanço patrimonial | Consolidado 31.12.2022 | Consolidado 31.12.2021 | Controladora 31.12.2022 | Controladora 31.12.2021 |
|---|---|---|---|---|
| *Custo amortizado* | | | | |
| Fornecedores | 11.412 | 26.281 | 1.234 | 2.411 |
| Passivos de arrendamentos | 82.497 | 69.456 | 245 | 284 |
| Empréstimos e financiamentos | 27.050 | 29.684 | 5.991 | 8.865 |
| Partes relacionadas (nota 29) | - | - | 17.384 | 11.521 |
| *Valor justo por meio de resultado* | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 64.345 | 55.213 | - | - |

**(g) Qualidade do crédito dos ativos financeiros (Consolidado)**

| | Consolidado 31.12.2022 | Consolidado 31.12.2021 |
|---|---|---|
| **Conta-corrente e depósitos bancários De curto** | | |
| B | 5.427 | 18.967 |
| BB | - | - |
| Sem classificação | 60 | 184 |
| | **5.487** | **19.151** |
| **Contas a receber e outros créditos De curto** | | |
| EE | 3.024 | 4.413 |
| Sem classificação | 2.369 | 2.195 |
| | **5.393** | **6.608** |
| **Títulos e valores mobiliários De curto** | | |
| B | - | - |
| | - | - |
| **Contas a receber e outros créditos De longo prazo** | | |
| Sem classificação | 3.033 | 1.304 |
| | **3.033** | **1.304** |
| **Títulos e valores mobiliários De longo prazo** | | |
| BB- | 5.147 | 5.051 |
| | **5.147** | **5.051** |
| | **19.060** | **32.114** |

A qualidade dos créditos dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (Standard & Poor's).

**35. Cobertura de seguros - Consolidado (Não revisado):** O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possuía apólice de seguro predial com indenização global junto à

| Coberturas | Consolidado 31.12.2022 Limite global de indenização |
|---|---|
| Incêndio, raio e explosão | **21.560** |
| Danos elétricos | **1.100** |
| Inundações e alagamentos | 110 |
| Derrame de chuveiros automáticos | 550 |
| Perda ou pagamento de aluguel | 436 |
| Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e neve | 660 |
| Equipamentos eletrônicos sem roubo | 385 |
| Roubo de valores no interior do estabelecimento | 77 |
| Responsabilidade civil estabelecimento comercial e operações | 1.000 |
| Derrame ou Vazamento de tubulação hidráulica | 220 |
| Tumultos, greves, Lockouts, saques e atos dolosos | 110 |
| Lucros cessantes | **1.320** |
| | **27.528** |

| Cinema | Consolidado 31.12.2022 Valor do mínimo de indenização por complexo |
|---|---|
| Maceió-AL | 21.560 |
| São Paulo-SP | 20.900 |
| Ananindeua-PA | 18.700 |
| Rio de Janeiro-RJ (Sulacap) | 16.940 |
| Rio de Janeiro-RJ (Américas) | 16.940 |
| Rio de Janeiro-RJ (Itaboraí) | 13.860 |
| Paulista-PE | 13.860 |
| Santarém-PA | 12.320 |
| Florianópolis-SC | 10.780 |
| Rio de Janeiro-RJ (Bangu) | 9.240 |
| Rio de Janeiro-RJ (Irajá) | 9.240 |
| Rio de Janeiro-RJ (Ilha) | 9.240 |
| Curitiba-PR | 9.240 |
| Praia Grande-SP | 9.240 |
| São Luis-MA | 9.240 |
| Londrina-PR | 9.240 |
| Vila Velha-ES | 9.240 |
| Arapiraca-AL | 9.240 |
| Rio de Janeiro-RJ (Recreio) | 7.700 |
| Curitiba-PR (Portão) | 7.700 |
| Curitiba-PR (Hauer) | 7.700 |
| São Leopoldo-RS | 7.700 |
| Imperatriz-MA | 7.700 |
| Hortolândia-SP | 7.700 |
| Rio Grande-RS | 6.160 |
| Paranaguá-PR | 3.080 |
| Escritório Maringá-PR | 660 |
| | **285.120** |

**36. Eventos subsequentes**

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos, em consonância com o CPC25/IAS37-Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; CPC 32/IAS 12-Tributos sobre o lucro; ICPC 22 / IFRIC 23-Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro; e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, e concluiu que a decisão do STF não resulta em qualquer impacto em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

**DIRETORIA**

**Ricardo Eugênio Rossini** — *Diretor de Operações*
**Cristiane dos Santos Bussioli Jorge** — *Diretora de Controladoria, Relação com Investidores*
**Sherlon Adley Silva Araújo** — *Diretor Comercial*

**CONTADORA**

**Cristiane dos Santos Bussioli Jorge** — *CRC/PR 038679/O-6*

**CONSELHO**

**Marcos R. Magalhães Barros** — *Presidente*
**Eduardo Magalhães Oliveira** — *Conselheiro Efetivo*
**Eduardo A. Vaz Pinto** — *Conselheiro Efetivo*
**William Wagner Astolfi** — *Conselheiro Efetivo*
**Carlos E. Cavaliere Sartório** — *Conselheiro Efetivo*
**Álvaro Luís Gonçalves** — *Conselheiro Efetivo*
**Carlos Miguel de O. M. B. Alves** — *Conselheiro Efetivo*
**João Olyntho Ferraz Neto** — *Conselheiro Suplente*
**Carlos A. Rocha Barros** — *Conselheiro Suplente*
**Luiz Claudio Zavarize Fernandes** — *Conselheiro Suplente*

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores do Cinesystem S.A. - Maringá - PR. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cinesystem S.A. "Companhia", identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cinesystem S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante sobre a continuidade operacional:** Como mencionado na Nota Explicativa no. 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas, foram afetas pelos impactos decorrentes do Coronavirus o que resultou na interrupção de suas atividades em parte dos exercícios de 2020 e 2021. Em função disso a Companhia e suas controladas, no exercício findo de 31 de dezembro de 2022, incorreram em prejuízo de R$ 6.966 mil (R$ 27.950 mil em 2021), apresenta patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R$ 35.963 mil (R$ 44.658 mil em 2021) e a Companhia apresenta excesso de passivo circulante sobre ativo circulante de R$ 22.013 mil (R$ 17.500 mil em 2021 e no consolidado de R$ 38.070 mil (R$ 42.018 mil em 2021). Essas condições indicam a existência de incertezas relevantes que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado e do ativo intangível: Principal assunto de auditoria:** Conforme mencionado nas notas explicativas nº 16 e 17, a Companhia possuía registrado nas rubricas de imobilizado e intangível, nas demonstrações financeiras consolidadas, os montantes de R$ 72.522 e R$ 9.540, respectivamente. Os referidos saldos têm sua recuperação baseada em projeções que incluem premissas e dados que envolvem julgamentos significativos da Administração, incluindo a definição de unidade geradora de caixa, nível de ocupação das salas de cinemas, ticket médio dos ingressos e taxa de desconto, entre outras. Para efetuar o cálculo do valor recuperável, a administração calculou o valor em uso através da metodologia do fluxo de caixa descontado. Consideramos essa área como de foco para nossa auditoria tendo em vista a relevância dos saldos (imobilizado e intangível), bem como o elevado grau de julgamento na determinação das premissas adotadas pela administração. **Como a auditoria endereçou esse assunto:** Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do plano de negócios, projeções orçamentárias e o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como a coerência geral lógica e aritmética dessas informações. Adicionalmente, envolvemos nossos especialistas em finanças corporativas e avaliações, para avaliar a razoabilidade e consistência dos dados, das premissas, taxa de desconto e a metodologia utilizados na preparação das projeções de fluxos de caixa. Também efetuamos a análise das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o resultado dos cálculos de recuperabilidade do ativo imobilizado e do ativo intangível, bem como as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 18 de março de 2023.

mazars

**Mazars Auditores Independentes**
CRC 2SP023701/O-8 PR

**Éverton Araken Paetzold**
Contador CRC 1PR 047.959/O-9

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Michio Lugoboni.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 79F3-3F55-C5FD-A76E.

## CINESYSTEM S.A.

**CNPJ nº 07.437.016/0001-05**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam os senhores acionistas da Cinesystem S.A. convocados, na forma do Estatuto Social da Companhia, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 20 de abril de 2023, às 09:00 horas, na sua sede social na Cidade de Maringá, Estado do Paraná, na Rua Vereador Basílio Sautchuk, 856, salas 1201, 1202, 1203 e 1204, Zona 01, Centro, CEP 87013-190, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1.** Tomar as contas da Administração e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Auditoria Independente e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. **2.** Destinação do Resultado apurado no exercício encerrado em 2022. **3.** Eleição dos membros do Conselho de Administração para o mandato referente ao exercício de 2023, com duração prevista até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se após o encerramento deste exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia. **4.** Fixação da verba para remuneração anual global da Administração relacionada ao exercício de 2023. Maringá, 18 de março de 2023.

**Cristiane Bussioli Jorge** - Diretora de Relações com Investidores.

## SÚMULA DE REQUERIMENTO DA LICENÇA PREVIA

CERCADO NUTRICAO ANIMAL LTDA inscrita sob CNPJ: 47.975.437/0001-04 torna público que irá requerer ao IAT – Instituto Água e Terra, a Licença Previa – LP para as atividades: Alimentos, moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificadas anteriormente, fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais a ser implantada na AV. MELVIM JONES, Nº 202, PARQUE INDUSTRIAL BANDEIRANTES, CEP: 87.070-030, Maringá - PR.

ADITA – Associação dos Distribuidores de Insumos e Tecnologia Agropecuária

Promovendo a integração entre as atividades agrícolas e a preservação da saúde humana e do meio ambiente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

O Presidente da Diretoria, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no art. 23, *"b"*, do Estatuto Social, **CONVOCA** os senhores associados a se reunirem em **Assembléia Geral Ordinária**, no dia **24 de Março de 2023**, as 15h00 em primeira convocação, e as 15h30min em segunda convocação, nos termos do art.17, do Estatuto Social, a realizar-se na sede da **ADITA** sito a Estrada velha para Paiçandu Nº 532, marginal da Rodovia PR 323, na cidade de Maringá – Pr. Caso não haja na primeira convocação a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados efetivos quites com a tesouraria, ocorrerá a segunda convocação, meia hora depois, quando a Assembléia será iniciada com qualquer número, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Apreciação e aprovação das contas da Diretoria no ano de 2022;
2. Apresentação do resultado operacional do ano de 2022;
3. Eleição e posse da nova Diretoria, na forma do art. 17 e 22 do Estatuto Social;
4. Reajuste das contribuições mensais (CNPJ Principal e CNPJ Secundário);
5. Outros assuntos de interesse geral.

Face ao pleito eletivo, fica aberto e fixado o prazo máximo de até **48 horas** que antecedem o início da assembleia, para o registro de chapas que visem concorrer à eleição, as quais deverão ser efetuadas na secretaria da associação.

Por gentileza confirmar presença até o dia **22/03/2023.**

Maringá, 01 de Março de 2023.

**Jair Benalia**
Presidente
P/P Waldir Jose Baccarin
Diretor Executivo

Sindicato dos Empregados em Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Maringá (SEHORBAS)
Registrado no Ministério do Trabalho – Livro nº. 002 Fls:001 em 10/03/90
Rua Joubert de Carvalho nº. 623, 5º andar, sala 505, Edifício Atalaia, Centro, CEP: 87013-911.
Maringá-Paraná
Fone: (0xx44) 3222-5952 - 3028.5952 ou 3222-5304
CNPJ: 80.291.206/0001-57
e-mail: sehorbasmaringa@outlook.com

**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

*O presidente do SINDICATO DOS EMPREGADOS EM HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E* SIMILARES DE MARINGÁ no uso das atribuições que lhe conferem o estatuto e a legislação vigente, CONVOCA os integrantes das categorias profissionais representadas pela Entidade com data base em 1º de maio de 2023, para participarem da Assembléia Geral Extraordinária que realizar-se-á no dia 27 de março de 2023, às 08:00 (oito horas), no Restaurante Jangada, situado na Av. Centenário nº 755, Vila Christino, CEP: 87050-040, nesta cidade Maringá – Estado do Paraná, a fim de deliberarem sobre a fixação e aprovação da Contribuição Assistencial (TAXA DE REVERSÃO SALARIAL) a ser descontada de todos os empregados integrantes da categoria profissional de, Hotéis, Hotéis-Fazenda, motéis, hospedarias, apart hotéis, casas de cômodos, Flates, pensões, pousadas, (estabelecimentos de hospedagem em geral), restaurantes, Buffets, Rotisserias, cafeterias, Salsicharias, Buffets de café Colonial, confeitarias, Cafés, pizzarias, Lanchonetes, Leiterias, Bares, Bares dançantes, Boates, Bombonieres, Botequins, Casa de Chá, Cantinas, Casas de Carnes assadas, Choperias, Cabarés, Churrascarias, Drive-in, Estancias, Serv-car, Fast-food, Docerias, Pastelarias, Pamonharias, Panquecarias, Resort, Sorveterias, Docerias, Dormitórios, caldo-de-cana, *taxi-girls*, trailers de lanches, carrinhos de cachorros quentes, carrinhos de água de coco e pipoca, empresas que comercializam alimentação preparadas em geral ao consumidor e no varejo, e empresas que comercializam bebidas alcoólicas ao consumidor e no varejo. Nos estabelecimentos descritos incluem-se aqueles anexos em Hospitais, Colégios, Universidades, estabelecimentos dentro de Postos de combustíveis, supermercados e Shopping Center´s entre outros do gênero, com base territorial em, Astorga, Atalaia, Cambira, Colorado, Doutor Camargo, Floresta, Iguaraçu, Ivatuba, Jandaia do Sul, Lobato, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Munhoz de Mello, Nossa Senhora das Graças, Ourizona, Paiçandu, Presidente Castelo Branco, Sabaudia, Santa Fé, São Jorge do Ivaí e Sarandi com data base em 1º de maio, em favor do sindicato profissional, para fins de apoio nas negociações coletivas, manutenção dos convênios assistenciais para os trabalhadores, dos trabalhos sindicais e administração da Entidade. Não havendo na hora acima indicada *quorum* legal para a instalação da assembléia em primeira convocação, os trabalhos serão reiniciados uma hora após, no mesmo local, em segunda convocação, com a deliberação por mínimo 2/3(dois terços) dos trabalhadores presentes.

Maringá, 17 de março de 2023.

João Candido Nogueira
Diretor Presidente

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE NOVA ESPERANÇA
Danusa Maria de Camargo Dias Araújo
Oficial

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

Nos termos do Art. 26 da Lei 9.514/97, venho INTIMAR, através deste edital o devedor GABRIEL COSTA TEODORO (CPF 110.421.669-86) a purgar o saldo devedor no valor de R$3.412,79, posicionada em 15/03/2023, neste Oficio ou ainda diretamente com a Caixa Econômica Federal, referente a contrato de financiamento imobiliário n° 8.7877.0660954-2, garantido por Alienação Fiduciária, firmado em 18/09/2019, registrado sob n° R-5/27.291, Livro 02, Registro Geral, deste Oficio. A quitação dos débitos deve ocorrer no prazo improrrogável de 15 dias, ficando, o devedor notificado de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor da Caixa Econômica Federal, os termos do Art. 26, parágrafo 7° da Lei 9.514/97.

ASSINADO DIGITALMENTE

Av. 14 de Dezembro nº 876, Sala 01, Centro, Nova Esperança-PR. Cep: 87600-000 - Tel: (44) 3252-5054
e-mail: certidoes.nesp@gmail.com

Para consultar a autenticidade, informe na ferramenta www.aripar.org/e-validador o CNS: **08.400-4** e o código de verificação do documento: **9SVDBC** Consulta disponível por 30 dias

Presidência da República Casa Civil Medida Provisória Nº 2.200-2 de agosto de 2001.

Documento Assinado Digitalmente
DANUSA MARIA DE CAMARGO DIAS ARAUJO
CPF: 03078564967 - 15/03/2023

## SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

**A Coopersul - Cooperativa da Agricultura Familiar da Região Noroeste do Paraná, inscrita no CNPJ n° 27.465.966/0001-50** torna público que recebeu do Instituto Água e Terra, a Licença Prévia - LP, com validade de 2 anos, para piscicultura em tanques--rede n° 291970 com validade até 17/03/2025, a ser implantada no Reservatório da U.H.E. de Taquaruçu, no município de Santa Inês, Estado do Paraná.

## SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

**A Coopersul - Cooperativa da Agricultura Familiar da Região Noroeste do Paraná, inscrita no CNPJ n° 27.465.966/0001-50** torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra, a Licença de Instalação para piscicultura em tanques-rede a ser implantada no Reservatório da U.H.E. de Taquaruçu, no município de Santa Inês, Estado do Paraná.

## SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

**KAUEFER-COMERCIAL DE FERRO E AÇO LTDA** torna público que recebeu do Instituto Água e Terra, a Licença de Instalação - LI, com validade de 15/02/2025, para Serviço de cobra e dobra de metais, Produção de Relaminados, Trefilados e Perfilados de aço sem linha de galvanoplastia, fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente. Avenida Paranavaí, 2703 - Parque Industrial Bandeirantes - 87070-130 - Maringá/PR.

## SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

**KAUEFER-COMERCIAL DE FERRO E AÇO LTDA** torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra, a Licença de Operação, para Serviço de corte e dobra de metais, Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço sem linha de galvanoplastia, Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente. Avenida Paranavaí, 2703 - Parque Industrial Bandeirantes - 87070-130 - Maringá/PR.

**PORCO NO TACHO - EMBUTIDOS LTDA, CNPJ 32.886.807/0001-**60, torna público que recebeu do Instituto Ambiental de Maringá - IAM, a Licença Ambiental Unificada nº 55/2022, com validade até 07/10/2024 para fabricação de produtos de carne, localizado na Rua Pioneiro Aquino Cantagalli, 192, Jardim São Domingos, CEP 87070- 800, Maringá/PR.

## EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

PRESENCIAL E ONLINE

**1º LEILÃO: 29 de março de 2023, às 14h30min *.**
**2º LEILÃO: 31 de março de 2023, às 14h30min *.** **(horário de Brasília)*

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1141 - Sala 66 – Mooca – São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do instrumento particular com força de escritura pública de 27/02/2015, firmado com os **Fiduciantes MARCELO ALBERINI ZANOLLO,** CPF/MF nº 045.828.909-46 **e sua esposa PATRICIA PAVINATI ZANOLLO,** CPF/MF nº 053.102.869-00, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 800.991,08** (Oitocentos mil novecentos e noventa e um reais e oito centavos - *atualizado conforme disposições contratuais*), o imóvel constituído pelo *"APARTAMENTO nº 1701, do Bloco "A" – Torre Lisboa, 01 vaga de garagem identificada pelo nº 60, situado no estacionamento do subsolo, área privativa relativa ao apartamento de 77,90m², área privativa relativa à vaga de garagem de 10,80m², e área total construída de 113,0811m², do Condomínio Residencial Solar dos Algarves, situado à Rua Pioneiro Romeu Pardini, construído sobre o lote 64-A/64-A-2/A?64-D/1-B-A-1, na Gleba Ribeirão Pinguim, na cidade e comarca de Maringá/PR,* ***melhor descrito na matrícula nº 53.978 do 2º Serviço de Registro de Imóveis de Maringá/PR"***. Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 236.636,70** (Duzentos e trinta e seis mil seiscentos e trinta e seis reais e setenta centavos ***– nos termos do art. 27, §2º da Lei 9514/97*). O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Forma de pagamento e demais condições de venda**, **VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.FrazaoLeiloes.com.br. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (18908_RM_ 2098-10).

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE NOVA ESPERANÇA
Danusa Maria de Camargo Dias Araújo
Oficial

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

Nos termos do Art. 26 da Lei 9.514/97, venho INTIMAR, através deste edital o devedora KATIA MIQUELLI TEIXEIRA (CPF 070.345.219-30) a purgar o saldo devedor no valor de R$1.870,25, posicionada em 15/03/2023, neste Oficio ou ainda diretamente com a Caixa Econômica Federal, referente a contrato de financiamento imobiliário n° 855552726429, garantido por Alienação Fiduciária, firmado em 13/09/2013, registrado sob n° R-2/18.452, Livro 02, Registro Geral, deste Oficio. A quitação dos débitos deve ocorrer no prazo improrrogável de 15 dias, ficando, o devedor notificado de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor da Caixa Econômica Federal, os termos do Art. 26, parágrafo 7° da Lei 9.514/97.

ASSINADO DIGITALMENTE

Av. 14 de Dezembro nº 876, Sala 01, Centro, Nova Esperança-PR. Cep: 87600-000 - Tel: (44) 3252-5054
e-mail: certidoes.nesp@gmail.com

Para consultar a autenticidade, informe na ferramenta www.aripar.org/e-validador o CNS: **08.400-4** e o código de verificação do documento: **VRVDBS** Consulta disponível por 30 dias

Presidência da República Casa Civil Medida Provisória Nº 2.200-2 de agosto de 2001.

Documento Assinado Digitalmente
DANUSA MARIA DE CAMARGO DIAS ARAUJO
CPF: 03078564967 - 15/03/2023

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE APROVAÇÃO DE DISSOLUÇÃO E EXTINÇÃO DA "ASSOCIAÇÃO FAZER O BEM SEM OLHAR A QUEM DA CIDADE DE MARINGÁ – PR" – CNPJ 44.248.204/0001-11

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

"ASSOCIAÇÃO FAZER O BEM SEM OLHAR A QUEM DA CIDADE DE MARINGÁ – PR" – CNPJ 44.248.204/0001-11, com sede a Rua Mitsuzo Taguchi, nº 75, apto 651, Residencial Parque, Vila Nova, em Maringá –PR, através de sua Diretoria Executiva, devidamente representada por sua Presidente Sra. FERNANDA CARLA SILVA, CONVOCA através do presente edital, todos os membros para Assembleia Geral que será realizada na sede da Associação, às 14:00 horas, do dia 03 de abril de 2023, com a seguinte ordem do dia:

- Aprovação de Dissolução e Extinção da Associação;

A Assembleia Geral instalar-se-á em primeira convocação às 14:00 horas com a presença da maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número, meia hora depois – tudo na forma do Estatuto vigente.

Maringá –PR 15 de março de 2023

FERNANDA CARLA SILVA
PRESIDENTE

## EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

PRESENCIAL E ONLINE

**1º LEILÃO: 03 de abril de 2023, às 14h30min *.**
**2º LEILÃO: 05 de abril de 2023, às 14h30min *.** **(horário de Brasília)*

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1141 - Sala 66 – Mooca – São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, , nos termos do instrumento particular com força de escritura pública de 28/09/2018, firmado com o **Fiduciante NIVALDO SOARES DE CERQUEIRA JUNIOR,** CPF/MF nº 299.465.248-05, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 441.509,19** (Quatrocentos e quarenta e um mil quinhentos e nove reais e dezenove centavos - *atualizado conforme disposições contratuais*), o imóvel constituído pelo *"Apartamento nº 601, do Bloco "A", com direito a uma vaga para estacionamento coberto, com possuindo a área total de 112,855535m², tendo área privativa de 79,80m², do Residencial Salinas, Rua Adolfo Alves Ferreira, sobre a Chácara 18/19/29/21-B, situado na Chácara Assaí, na cidade de Maringá/PR,* ***melhor descrito na matrícula nº 24.035 do 2º Serviço de Registro de Imóveis de Maringá/PR".*** Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 251.629,22** (Duzentos e cinquenta e um mil seiscentos e vinte e nove reais e vinte e dois centavos – *nos termos do art. 27, §2º da Lei 9514/97).* **O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Forma de pagamento e demais condições de venda**, **VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.FrazaoLeiloes.com.br. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (18917_RM 2098-06).

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE NOVA ESPERANÇA
Danusa Maria de Camargo Dias Araújo
Oficial

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

Nos termos do Art. 26 da Lei 9.514/97, venho INTIMAR, através deste edital o devedor PAULO FRANCISCO DA SILVA (CPF 048.042.549-35) a purgar o saldo devedor no valor de R$2.010,68, posicionada em 15/03/2023, neste Oficio ou ainda diretamente com a Caixa Econômica Federal, referente a contrato de financiamento imobiliário n° 855553018959, garantido por Alienação Fiduciária, firmado em 30/04/2014, registrado sob n° R-2/23.235, Livro 02, Registro Geral, deste Oficio. A quitação dos débitos deve ocorrer no prazo improrrogável de 15 dias, ficando, o devedor notificado de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor da Caixa Econômica Federal, os termos do Art. 26, parágrafo 7° da Lei 9.514/97.

ASSINADO DIGITALMENTE

Av. 14 de Dezembro nº 876, Sala 01, Centro, Nova Esperança-PR. Cep: 87600-000 - Tel: (44) 3252-5054
e-mail: certidoes.nesp@gmail.com

Para consultar a autenticidade, informe na ferramenta www.aripar.org/e-validador o CNS: **08.400-4** e o código de verificação do documento: **Q38Q67** Consulta disponível por 30 dias

Presidência da República Casa Civil Medida Provisória Nº 2.200-2 de agosto de 2001.

Documento Assinado Digitalmente
DANUSA MARIA DE CAMARGO DIAS ARAUJO
CPF: 03078564967 - 15/03/2023

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE NOVA ESPERANÇA
Danusa Maria de Camargo Dias Araújo
Oficial

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

Nos termos do Art. 26 da Lei 9.514/97, venho INTIMAR, através deste edital o devedor EDVALDO FURLANETO (CPF 037.241.269-64) a purgar o saldo devedor no valor de R$1.870,25, posicionada em 15/03/2023, neste Oficio ou ainda diretamente com a Caixa Econômica Federal, referente a contrato de financiamento imobiliário n° 855552726429, garantido por Alienação Fiduciária, firmado em 13/09/2013, registrado sob n° R-2/18.452, Livro 02, Registro Geral, deste Oficio. A quitação dos débitos deve ocorrer no prazo improrrogável de 15 dias, ficando, o devedor notificado de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor da Caixa Econômica Federal, os termos do Art. 26, parágrafo 7° da Lei 9.514/97.

ASSINADO DIGITALMENTE

Av. 14 de Dezembro nº 876, Sala 01, Centro, Nova Esperança-PR. Cep: 87600-000 - Tel: (44) 3252-5054
e-mail: certidoes.nesp@gmail.com

Para consultar a autenticidade, informe na ferramenta www.aripar.org/e-validador o CNS: **08.400-4** e o código de verificação do documento: **MN2AD4** Consulta disponível por 30 dias

Presidência da República Casa Civil Medida Provisória Nº 2.200-2 de agosto de 2001.

Documento Assinado Digitalmente
DANUSA MARIA DE CAMARGO DIAS ARAUJO
CPF: 03078564967 - 15/03/2023

Sindicato dos Empregados em Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Maringá (SEHORBAS)
Registrado no Ministério do Trabalho – Livro nº. 002 Fls.001 em 10/03/90
Rua Joubert de Carvalho nº. 623, 5º andar, sala 505, Edifício Atalaia, Centro, CEP: 87013-911.
Maringá-Paraná
Fone: (0xx44) 3222-5952 - 3028.5952 ou 3222-5304
e-mail: sehorbasmaringa@outlook.com

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O presidente do Sindicato dos Empregados em Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Maringá, no uso das suas atribuições que lhe conferem o Estatuto e a Legislação em vigor, convocam os associados e integrantes da categoria obreira de Hotéis, Hotéis-Fazenda, motéis, hospedarias, apart hotéis, casas de cômodos, Flates, pensões, pousadas, (estabelecimentos de hospedagem em geral), restaurantes, Buffets, Rotisserias, cafeterias, Salsicharias, Buffets de café Colonial, confeitarias, Cafés, pizzarias, Lanchonetes, Leiterias, Bares, Bares dançantes, Boates, Bombonieres, Botequins, Casa de Chá, Cantinas, Casas de Carnes assadas, Choperias, Cabarés, Churrascarias, Drive-in, Estancias, Serv-car, Fast-food, Docerias, Pastelarias, Pamonharias, Panquecarias, Resort, Sorveterias, Docerias, Dormitórios, caldo-de-cana, taxi-girls, trailers de lanches, carrinhos de cachorros quentes, carrinhos de água de coco e pipoca, empresas que comercializam alimentação preparadas em geral ao consumidor e no varejo, e empresas que comercializam bebidas alcoólicas ao consumidor e no varejo. Nos estabelecimentos descritos incluem-se aqueles anexos em Hospitais, Colégios, Universidades, estabelecimentos dentro de Postos de combustíveis, supermercados e Shopping Center´s entre outros do gênero com base territorial em Astorga, Atalaia, Cambira, Colorado, Doutor Camargo, Floresta, Iguaraçu, Ivatuba, Jandaia do Sul, Lobato, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Munhoz de Mello, Nossa Senhora das Graças, Ourizona, Paiçandu, Presidente Castelo Branco, Sabaudia, Santa Fé, São Jorge do Ivaí e Sarandi, para participarem da Assembléia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 27 de março do ano de 2023, às 09h30min em primeira convocação, no Restaurante Jangada, situado na Av. Centenário nº 755 – Vila Christino CEP: 87050-040, nesta cidade de Maringá-Paraná, a fim de deliberarem as seguintes ordens do dia:

a) Leitura e aprovação da ata da assembleia anterior;

b) autorização para a diretoria negociar com os Sindicatos dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Maringá, Convenção Coletiva de Trabalho para os trabalhadores representados por esta entidade, com data base em 1º de maio.

*c) Estipulação do Piso salarial mínimo para os empregados em hotéis,* restaurantes, bares e Similares das cidades acima citadas;

d) autorização para a diretoria outorgar procuração a advogados a fim de acompanharem tramitação da Convenção Coletiva de Trabalho.

e) Criar e autorizar o sindicato a recolher a Taxa Assistencial, prevista no artigo 513 letra E da Consolidação das Leis do Trabalho, nos termos da liberdade sindical assegurada pela CF/88, pelo 8º da Convenção 95 da OIT, da NOTA TÉCNICA n. 02, de 26 de outubro de 2018 da CONALIS (Ministério Público do Trabalho), e do enunciado 38 aprovado na 2ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho da ANAMATRA, que possibilita a autorização prévia e expressa para desconto da contribuição assistencial por assembleia geral de todos os trabalhadores.

f) Outras reivindicações de interesse da classe;

Não havendo na hora acima indicada número legal de presentes para instalação da Assembleia em primeira convocação, os trabalhos serão iniciados uma hora após, no mesmo local, em *segunda convocação com a aprovação de no mínimo 2/3 (dois terços) dos presentes*

Maringá, 17 de março de 2023.

João Candido Nogueira
Diretor Presidente

Leilão VIP .com.br

## EDITAL DE LEILÃO ON-LINE

**DATA 1º LEILÃO 30/03/23 ÀS 14H - DATA 2º LEILÃO 31/03/23 ÀS 14H**

BANCO PAN

Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCEMA sob nº 12/96 e JUCESP sob nº 1086, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pela atual Credora Fiduciária **BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, inscrita no CNPJ n° 03.767.538/0001-14, detentora dos direitos do crédito objeto do Instrumento Particular de Financiamento com Constituição de Alienação Fiduciária em Garantia, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário e Outras Avenças, datado de 06/07/2010, conforme R-10 e AV-13 da referida matrícula, firmado entre Credora e Fiduciantes **SILVANA MARIA DE JESUS SOUZA**, inscrita no CPF nº 021.098.029-01 e **MARIA APARECIDA FERREIRA**, inscrita no CPF nº 281.902.209-00, residentes e domiciliadas na Alameda Doutor João Paulino Vieira Filho, nº 198, Jardim Alvorada, em Maringá-PR, já qualificadas no citado Instrumento Particular, promoverá a venda em 1º ou 2º leilão fiduciário, de modo somente On-line, do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da lei 9.514/97. **1.** Local da realização dos leilões: Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site **www.leilaovip.com.br. 2. Descrição do imóvel:** Data de terras sob nº 26 (vinte e seis), da quadra nº 67 (sessenta e sete), com a área de 468,00 metros quadrados, situada no Jardim Alvorada, zona 24, Maringá-PR, com as seguintes divisas, metragens e confrontações: "Divide-se: 13,00 metros de frente para a Rua Dr. João Paulino Vieira Filho; 13,00 metros de fundos, onde confina com as datas nºs 12 e 13; 36,00 metros de um lado com a data nº 27; e, finalmente 36,00 metros de outro lado, com a data 25. **AV-6** - Para constar a Construção Residencial em alvenaria com a área de 118,79 metros quadrados e aumento residencial com área de 33,80 metros quadrados, totalizando 152,59 metros quadrados. **AV-10** - Para constar que o imóvel recebeu a numeração predial 198 para a Alameda João Paulino. Imóvel objeto da matrícula 3.462 do Registro de Imóveis - 1º Ofício de Maringá. Observação: Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente nos termos do art. 30 e parágrafo único da lei 9.514/97. **3.** Datas e valores dos leilões: 1º Leilão: 30/03/2023, às 14:00h. Lance mínimo: R$ 761.594,06. 2º Leilão: 31/03/2023, às 14:00h. Lance mínimo: R$ 220.467,85. **4.** Condição de pagamento: À vista, mais a comissão de 5% ao leiloeiro. **5.** Os interessados devem consultar as condições gerais e de venda do imóvel disponível no site do leiloeiro: www.leilaovip.com.br. **5.1.** Interessados em participar do leilão de modo on-line, cadastrar-se-ão no site **www.leilaovip.com** e se habilitarão, com antecedência de até 1 hora, sendo que os lances on-line se darão exclusivamente através do site, respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido. **5.2.** O(s) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do artigo 27 da lei 9.514/97, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição, na forma estabelecida no parágrafo 2ºB do mesmo artigo, devendo apresentar manifestação formal do interesse. Para mais informações - tel.: 0800 717 8888 ou 11-3093-5252. Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho - Leiloeiro Oficial JUCEMA nº 12/96 e JUCESP nº 1086.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Michio Lugoboni.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 79F3-3F55-C5FD-A76E.

# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/79F3-3F55-C5FD-A76E ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

## Código para verificação: 79F3-3F55-C5FD-A76E

**Hash do Documento**

9853A7C8116F1A1CC3BCC624A0ABEECA5AA2B711D8547790957AA1EC2E724AB5

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 18/03/2023 é(são) :

- angelo Lugoboni - 061.612.029-05 em 18/03/2023 09:35 UTC-03:00
  **Nome no certificado:** Catedral Editora Comunicacao Propaganda E Pesquis
  **Tipo:** Certificado Digital - CATEDRAL EDITORA COMUNICACAO PROPAGANDA E PESQUIS - 34.263.987/0001-59